



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

MARIANA MELLO LOMBARDI

**A BATALHA DAS ESCADAS**  
**UM DEBATE SOBRE IDEOLOGIA E NEUTRALIDADE**

BRASÍLIA  
2016

MARIANA MELLO LOMBARDI

**A BATALHA DAS ESCADAS**

**UM DEBATE SOBRE IDEOLOGIA E NEUTRALIDADE**

Monografia apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Bacharela em Direito  
pela Faculdade de Direito da Universidade de  
Brasília – UnB

Orientador: Prof. Me. Johnatan Razen Ferreira  
Guimarães

A candidata foi considerada \_\_\_\_\_ pela banca examinadora.

---

Professor Doutorando Johnatan Razen Ferreira Guimarães  
Orientador

---

Professor Doutor Evandro Charles Piza Duarte  
Membro

---

Professora Doutora Lívia Gimenes Dias da Fonseca  
Membro

---

Professor Mestrando Marcos Vinícius Lustosa Queiroz  
Membro Suplente

Brasília, 25 de agosto de 2016

## **Agradecimentos**

A maior inspiração para este trabalho foi a percepção de que a comunicação, a troca de ideias, é essencial para a construção de um debate democrático. É somente a partir da troca de ideias que cabeças podem ser abertas e pressupostos, ultrapassados. Assim, agradeço a todas as pessoas que tornaram possível, nos anos de graduação que agora se encerram, uma mudança radical da Mariana caloura.

Às amigas que a Faculdade de Direito me deu de presente, que me salvaram da dogmática estafante: Fernanda, Tamiris, Pedro Pinheiro, Rafa Spach, Lays, Jersyca, Bela, Rhael e Igor – a vocês, meu muito obrigada pelo companheirismo, mesmo com minha presença não sendo a mais marcante de todas.

À Ana Paula, que também foi companheira de turma, mas, além disso, companheira de sonhos. Musa inspiradora que me fez acreditar que eu poderia participar de mais coisas no contexto universitário, que me mostrou que eu poderia fazer parte do CADir e me sentir feliz em fazer parte da mudança do contexto político da faculdade.

Na experiência de luta no CADir, agradeço às companheiras de reuniões intermináveis seja na UnB, seja no bar. Entre elas: Nohara, Larissa, Hugo, Aurélio, Carneiro, Maria Cris, Mariana Barbosa. Agradeço, especialmente, ao Marcos Vinícius, que me guiou, passo a passo, na abertura de cabeça, na crença de que somos a micorrevolução necessária para mudar o mundo. Agradeço ao Maracatu, às suas integrantes, e à história que pudemos construir. Sempre em frente.

Aos mestres: Guilherme Crespo, João Gabriel, Thiago Ferrare, Rafael de Deus e John Razen – a este, um agradecimento mais do que especial pela paciência e dedicação em orientar a monografia de alguém que nunca tinha escrito um artigo -, das conversas de whatsapp e de sala de aula que sempre me abriram os olhos.

Ainda amigos fruto da UnB, mas que mais se assemelham a família do que a colegas, Anna Beatriz Parlato e Renan Cruvinel, amigos para as quais não consigo encontrar melhor definição do que irmandade. Também inspirações e fonte de força nos momentos mais importantes.

Fora da UnB, agradecimentos sem fim às amigas de longuíssima data, que acompanham minha trajetória de Mariana do ensino fundamental à Mariana quase

graduada. A estas, o agradecimento por compartilhar comigo dos momentos mais estressantes de elaboração de monografia, de dúvidas, de mudança de pensamentos e de posicionamentos, de debates sem fim. Catarina, Ícaro, Guilherme, Taísa, João Guilherme, Maria Clara, Victor Medeiros, Gabi de Almeida, Gabi Garcia e Thales.

Às amigas de nem tão longa data assim, mas que estão aí, do meu ladinho, nunca me deixando achar que não conseguiria, os presentes de 2015: Lívia, Tainá. Gracias, mis amores.

Ao namorado-companheiro, que me mostra que um relacionamento é feito de muita conversa e muita partilha. Que me oferece ombro pra chorar no desespero e não me deixa acreditar que não consigo. Que me puxa pra cima e que me faz feliz. Lucas Abdanur, que sorte a minha de te encontrar no lugar certo e na hora certa.

E, finalmente, à família mais companheira. Ao meu pai, Guilherme, que nunca, nunca deixou de estar ao meu lado, sempre me incentivando, me ensinando e participando. Aos irmãos, ídolos de infância e amigos de juventude.

E, finalmente, agradeço e dedico à Dona Rita, que nunca deixou de nos lembrar que a vida é uma piada, que sem bom humor a vida não é nada.

## **Resumo**

A presente monografia tem o objetivo de realizar uma análise crítica a respeito de comentários em discussão realizada no *facebook* a respeito de uma intervenção realizada pela então chapa concorrente ao Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da UnB. Para tanto, o primeiro capítulo contará com a contextualização da trajetória das gestões do referido CA, etapa na qual a teoria de Chantal Mouffe será essencial para o desenvolvimento do conceito de democracia que melhor se encaixa no contexto. Nesse momento, a crítica da autora ao modelo deliberativo de democracia, assim como o desenvolvimento dos conceitos de “hegemonia” e de “pluralismo” desenvolvidos por ela em conjunto com Ernesto Laclau se mostram imprescindíveis para a etapa que se segue, qual seja, a análise dos comentários. A partir daí, noções como “neutralidade”, “legalidade”, “ideologias” e “representatividade”, categorias utilizadas nos argumentos em estudo, serão destrinchadas, levando em conta noções de “luta por representatividade”, de Axel Honneth e de “violência”, de Slavoj Zizek.

Palavras-chave: Hegemonia, Neutralidade, Legalidade, Cientificismo, Representatividade, Chantal Mouffe, Slavoj Zizek, Violência, Ernesto Laclau

## **Abstracto**

Esta tesis tiene como objetivo hacer un análisis crítico acerca de los comentarios en un debate celebrado en *facebook* sobre una intervención realizada por el entonces competidor al Centro Académico de la Facultad de Derecho de la Universidad de Brasilia. Por lo tanto, el primer capítulo tendrá el contexto de la trayectoria de dichas administraciones del CA, etapa en la cual la teoría de Chantal Mouffe será esencial para el desarrollo del concepto de democracia que mejor se adapte al contexto. En ese momento, la crítica de la autora al modelo deliberativo de la democracia, y el desarrollo de los conceptos de "hegemonía" y de "pluralismo", desarrollada por ella junto a Ernesto Laclau, son esenciales para el paso que sigue, a saber, el análisis de los comentarios. A partir de ahí, las nociones tales como las categorías de "representación", "neutralidad", "legalidad", "ideologías", utilizadas en las categorías estudiadas, serán destrinchadas, teniendo en cuenta las nociones de "lucha por la representación", de Axel Honneth, y "violencia" de Slavoj Zizek.

Palabras clave: Hegemonía, neutralidad, legalidad, cientificismo, representatividad, Chantal Mouffe, Slavoj Zizek, Violencia, Ernesto Laclau

# Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo 1 .....</b>	<b>9</b>
1.1. O CADir, a Política Estudantil e a FENED .....	10
1.1.1. Democracia agregativa .....	12
1.1.2. Democracia deliberativa .....	13
1.1.3. Problemas da democracia deliberativa .....	15
1.1.4. Pluralismo de valores na teoria de Chantal Mouffe.....	17
1.2. REUNI e Expansão.....	20
1.3. Bandeiras feminista e LGBT.....	22
1.3.1. Universalidades e particularidades na teoria de Laclau e Mouffe .....	23
1.3.2. Deliberação interna sobre a confecção das bandeiras.....	24
1.3.3. Invisibilidade e violência .....	27
1.4. O caso da pichação homofóbica .....	28
1.5. Negritude .....	30
1.6. Considerações finais .....	31
<b>Capítulo 2 .....</b>	<b>33</b>
2.1. Ordem hegemônica e coincidência dos contrários .....	33
2.2. Neutralidade .....	35
2.3. Representatividade .....	41
2.4. Legalidade .....	43
2.5. Violência e luta por reconhecimento .....	46
<b>Conclusão .....</b>	<b>50</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>53</b>



## Introdução

O trabalho que agora se inicia é fruto de uma experiência pessoal que vivi sendo integrante do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito. A participação de perto me fez aprender, na prática, de que maneira os discursos são construídos e como se dá a dificuldade em aceitar mudanças no espectro político da universidade.

Foi nesse período que ressignifiquei o conceito de “política” e que percebi como ela é demonizada e utilizada de forma pejorativa para caracterizar certos tipos de comportamento. Assim, surgiu uma vontade de entender como se dá essa relação com a política, com os discursos ideológicos e os discursos cientificistas.

Para que fosse feita a análise a respeito desses conceitos e suas consequências, um debate caloroso foi utilizado como base. Um debate em um dos moldes mais contemporâneo impossível: o *facebook*, rede social que ganhou força no Brasil há poucos anos, e que tem sido palco de discussões acirradas. Tal rede abriga um grupo que reúne as estudantes de direito da UnB com objetivo de trocar informações de seu interesse. O referido grupo acaba tendo, também, função de repercutir muito do que acontece na faculdade.

Um desses fatos de grande repercussão (uma publicação com mais de 300 comentários), e que será objeto dessa monografia, foi uma campanha realizada por chapa concorrente à gestão do CADir, em que uma escada do prédio da FD foi pintada com as cores que representam as lutas LGBT, feminista e antirracista. A campanha levantou muita polêmica; muitos acharam que ela foi exagerada, outros, que ela foi acertada.

A monografia que agora se inicia tem como foco a análise crítica dos comentários feitos por pessoas contrárias à intervenção, que tinham como base conceitos como “democracia”, “representatividade”, “isenção ideológica” e “legalidade”. Para que essa análise seja realizada, primeiramente faz-se necessária a significação de cada um desses conceitos, que será feita tendo como base a teoria democrática de Chantal Mouffe e de Ernesto Laclau, além da teoria de Slavoj Zizek a respeito do que é violência e de como ela é exercida.

Com o objetivo de localizar a intervenção no contexto em que a chapa concorrente se encontrava, na primeira metade deste trabalho a atenção será voltada ao formato de participação do CADir na vida da faculdade de direito nos últimos anos, a partir da qual alguns conceitos de democracia conflitantes poderão ser desenvolvidos, além de se aprimorar a compreensão de qual a função de uma gestão. A partir daí, conceitos de neutralidade e de ideologias também começarão a ser desenvolvidos.

Já no segundo capítulo, a análise da famigerada discussão será feita. Como fonte para a discussão ora travada, utilizarei *print screen* dos comentários que, na minha avaliação, representam melhor as categorias mais utilizadas na argumentação contrária à intervenção. Os comentários serão reproduzidos integralmente, preservando, no entanto, a identidade de seus autores, visto que o objetivo do trabalho é avaliar o modelo de argumentação no qual se encaixam.

O objetivo do trabalho é perceber no espaço de deliberação da faculdade, das gestões do CADir, um pequeno espaço que reflete, dadas as devidas proporções, a realidade democrática, que pode ser extrapolada para experiências maiores. O que se utiliza como argumento na discussão no caso em estudo se reflete em debates que dizem respeito a gestões de países inteiros.

Desta forma que acredito que este estudo de caso pode se mostrar como mais uma fonte para que se avalie de forma mais elaborada como se dá a compreensão de justiça, democracia e neutralidade na sociedade democrática contemporânea.



## **Capítulo 1**

O presente capítulo tem como objetivo a contextualização da Chapa Maracatu Atômico, concorrente à gestão de 2013/2014 do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da UnB (CADIr/UnB)<sup>1</sup>, dentro da trajetória de gestões diretoras do CA. Acompanhar o histórico nos ajuda a compreender como se deu a construção dos pensamentos das<sup>2</sup> integrantes de tal chapa e as razões pelas quais se sentiram encorajadas a realizar a pintura das escadas como forma de demonstrar suas pautas políticas prioritárias.

Esse estudo de contextualização se torna importante conforme se percebe que o que tem sido, e o que será discutido neste trabalho diz respeito diretamente a conceituações em disputa, como as de “democracia”, de “representatividade”, de “justiça” etc. O que se pretende, portanto, ao apresentar o histórico das gestões do CADIr nos últimos anos, é demonstrar como se deu a construção desses conceitos dentro do universo do movimento estudantil da Faculdade de Direito da UnB.

Para cumprir os fins propostos, serão analisados fatos marcantes que ocorreram no âmbito da Faculdade de Direito nos últimos anos e que cobraram respostas das gestões diretoras à época de cada acontecimento. As decisões tomadas frente a essas demandas demonstram quais foram as escolhas das integrantes das gestões, que tomam como base, como já dito, esses conceitos que estão sempre em disputa. Assim, a grande maioria dos conflitos que serão aqui apresentadas são essencialmente conceituais, ainda que as discussões tenham tido como objetivo a realização ou não de tarefas práticas que, no entanto, se justificam e/ou são rechaçadas tendo em vista esses conceitos: o mesmo ato é tido como democrático para alguns, antidemocrático para outros. Ilegal para alguns, legítimo para outros.

Assim, o objetivo do presente capítulo é localizar a leitora no contexto de surgimento do Maracatu Atômico, das demandas das estudantes e das integrantes de gestões do CADIr, do maior envolvimento do centro acadêmico em pautas que ultrapassam

---

<sup>1</sup> Utilizarei “CADIr” quando me referir ao Centro Acadêmico de Direito da UnB.

<sup>2</sup> A escolha de utilizar o feminino em construções plurais, em que o “neutro” é representado pelo masculino, é uma forma de trazer à tona o debate a respeito disso também. Peço licença para escrever assim, ainda sabendo que a norma culta da língua difere da minha escolha, visto que a compreensão do texto não se altera com essa modificação, restando apenas a provocação.

a organização administrativa da faculdade. O que será relatado neste capítulo foi extraído de notícias de jornais de Brasília, trocas de e-mails entre integrantes das gestões, folders de campanha de chapas para o CADir etc.

### **1.1. O CADir, a Política Estudantil e a FENED**

As gestões diretoras do CADir têm, historicamente, feito uma divisão de pastas internas de forma a organizar melhor o trabalho. Dentre elas, está a Política Estudantil (PolEst) que tem normalmente como função o acompanhamento dos Conselhos de Entidades de Base (CEBs)<sup>3</sup>, representando as estudantes, e repassar as decisões tomadas nessa instância para as estudantes da FD (Faculdade de Direito). Além disso, é função da PolEst participar de decisões e de deliberações que ocorrem no âmbito da FENED (Federação Nacional dos Estudantes de Direito)<sup>4</sup>.

A participação ativa da PolEst nesses âmbitos de decisão é muito importante para o que pretende este trabalho. O que se pode observar aqui é que é possível que o CADir exista sem participar ativamente destes locais de deliberação. É possível. No entanto, a proposta das últimas gestões é a de participar efetivamente, ativamente, desses ambientes. Isso significa dizer que é clara a opção feita por essas gestões, que podemos compreender como consequência de um entendimento de qual seria a função do CADir.

Participar ativamente da FENED significa levar a tal instância as demandas das estudantes, compartilhar de um ambiente político que engloba estudantes de outros estados do país assim como a apreensão de suas demandas também. Seria, em termos

---

<sup>3</sup> Os CEBs são a instância deliberativa dentro da UnB com importância somente inferior às Assembleias Gerais. O CEB é uma reunião que ocorre ao menos duas vezes por mês e que reúne representantes da gestão do DCE (Diretório Central Acadêmico) e representantes das gestões diretoras de cada Centro Acadêmico da Universidade. Nesses encontros, são debatidas propostas feitas por esses representantes, organizam-se comissões internas de trabalho de acordo com as demandas, organizar os pleitos eleitorais que elegeм representantes para o DCE etc.

Capítulo V, Seção III, Arts. 21, 22

<sup>4</sup> A Federação Nacional de Estudantes de Direito é a entidade que congrega e representa todos os estudantes de direito do país. Tem como objetivo organizar e representar os estudantes do curso de Direito do país em faculdades credenciadas pelo MEC, onde existam entidades representativas associadas. A FENED foi fundada durante o XVII ENED (Encontro Nacional dos Estudantes de Direito), ocorrido em julho de 1996 na cidade de Niterói/RJ.

comparativos, como termos um representante do Brasil em um encontro internacional de discussões políticas.

A partir de articulações com os demais grupos políticos na FENED, a gestão Identidade (2009-2010) conseguiu votos para que Brasília sediasse o ENED (Encontro Nacional de Estudantes de Direito)<sup>5</sup> de 2010. Ganhar essa responsabilidade é também voltar a atenção à UnB, fazer proveito da estrutura da Universidade para a integração de estudantes de todas as partes do país e, além disso, oportunidade para que o CADir possa pautar a forma como seriam abordadas as temáticas das palestras do ENED.

A partir de trocas de e-mails da gestão, o debate acerca de quais nomes convidar para integrar mesas de palestras se torna um desafio. A gestão tinha certos objetivos muito bem traçados em seu programa de campanha e pretendia seguir coerente com tais ideais, que podem ser extraídas de alguns trechos do mencionado folder:

*A Chapa CADir Identidade vem, motivada pelos princípios de integração, transparência e participação, apresentar suas propostas para prosseguir com o ideal de construção de uma comunidade acadêmica politicamente engajada e comprometida com a conquista de uma universidade verdadeiramente democrática, de qualidade e consciente de seu papel dentro da sociedade. Identidade é um conceito aberto.*

*Somente a prática comprometida com a formação de um espaço aberto para comunhão de ideias e opiniões possibilita que nos afirmemos enquanto comunidade consciente de sua identidade. (grifo meu) (2009)*

O que pode ser percebido a partir da leitura deste trecho, além do que poderá ser observado ao longo do trabalho, é que a disputa em torno do que se conceitua como democracia é algo verdadeiramente importante para que se faça uma análise de toda a prática das gestões do CADir, podendo estender-se por toda atuação política.

O que significaria dizer “uma universidade verdadeiramente democrática”? De acordo com a campanha de tal chapa, um ambiente democrático se configuraria em um

---

<sup>5</sup> Artigo 36 – São atribuições da Sede Organizadora do ENED:

I – Propiciar a infra-estrutura para a realização do ENED;

II – Elaborar e apresentar, em conjunto com a Coordenação Nacional eleita e a anterior, o relatório final e prestação de contas do ENED até o primeiro CONERED subsequente;

III – Propiciar a apresentação de trabalhos acadêmicos e a realização de atividades de cunho científico. (2007)

ambiente de comunhão de valores, de opiniões etc. Isso se reflete na escolha de temas para as palestras do ENED/2010.

No entanto, não é a essa conceituação de democracia que adiro. Me aproximo mais ao que Chantal Mouffe, em seu texto “Por um modelo agonístico de democracia” (2005), apresenta como modelo democrático, em oposição aos modelos propostos por filósofos liberais. Ela, portanto, explicita em seu texto como se dá a construção do pensamento liberal no que diz respeito à democracia.

Com efeito, a autora compara as compreensões de democracia deliberativa elaboradas tanto por John Rawls quanto por Jurgen Habermas que, apesar de apresentarem algumas divergências, convergem em alguns momentos das teorias. Assim, o pensamento da autora foi organizado de forma a, primeiramente, definir o que seria a democracia deliberativa, tendo como base a teoria deles, e, após, demonstrar suas divergências e fragilidades teóricas para, a partir daí, demonstrar como se encaixaria a teoria à qual ela subscreve. Seguirei a estrutura adotada pela autora.

### **1.1.1. Democracia agregativa**

Desde os tempos da democracia grega, entende-se que as decisões políticas devem basear-se em um processo de deliberação entre cidadãos iguais e livres (MOUFFE, 2005, p. 11). Porém, na segunda metade do século XX, surge uma tendência teórica que afirma que esse modelo de democracia já estava ultrapassado, que, “com o desenvolvimento da democracia de massa, a soberania popular (...) tornara-se inadequada” (Idem, p. 12).

Em oposição, surge o modelo de “democracia agregativa”, segundo o qual a ideia de “bem comum” deveria ser abandonada e que, em seu lugar, deveria surgir um modelo baseado na agregação de preferências, distribuídas em partidos políticos. Segundo esse sistema, o processo eleitoral competitivo daria a oportunidade às pessoas de aceitar ou rejeitar os líderes por eles propostos. “Os interesses e preferências que deveriam constituir o parâmetro de organização dos partidos políticos” (Idem, p. 12), que constituiriam material de barganha para o voto. Esse entendimento surge a partir da percepção dos teóricos desse modelo de que a motivação que leva as pessoas a agirem (ou votarem) parte

mais do auto-interesse do que de uma “crença moral de que deve agir conforme os interesses da comunidade” (Idem, p. 12). Assim, o ideal é desencorajar a participação popular, que traria prejuízos ao funcionamento do sistema:

a estabilidade e a ordem resultariam mais provavelmente do compromisso entre interesses do que da mobilização do povo em direção a um consenso ilusório acerca do bem comum. Como consequência, a política democrática foi apartada da sua dimensão normativa, começando a ser concebida em termos puramente instrumentalistas. (Idem, p. 12)

### **1.1.2. Democracia deliberativa**

Na década de 70 do século XX, John Rawls, em uma onda de Teoria Política normativa, coloca em questão a proposta dos democratas agregativos pela redução da democracia a somente procedimentos (Idem, p. 12). Segundo o autor, é essa característica do modelo agregativo que conduziu a uma crise de legitimidade em consequência de um despreço que atinge as instituições democráticas (Idem, p. 12). O modelo agregativo é, assim, contestado, surgindo a proposta de um modelo deliberativo de democracia, que propõe um consenso “mais profundo do que o ‘mero acordo sobre procedimentos’ – um consenso qualificado como ‘moral’.” (Idem, p. 12).

Os teóricos que defendem o modelo deliberativo são liberais, dentre os quais podemos citar como expoentes o próprio Rawls, além de Jürgen Habermas, cujas teorias serão aqui estudadas. Chantal Mouffe analisa as teorias desses autores tendo como objetivo a descrição do modelo por eles proposto. A partir daí, pode-se demonstrar de que forma as falhas encontradas pela autora nessa teoria lhe dariam material para construir um modelo alternativo de democracia, modelo o qual servirá de ponto de partida para a análise ora proposta a respeito da forma de gestão das gestões diretoras do CADir.

Rawls propõe uma tentativa de unir a teoria de John Locke - que valoriza os direitos individuais - com a teoria rousseauiana, que dá maior ênfase à vida pública. (Idem, p. 13) Forjando essa união, poder-se-ia falar de uma teoria democrática que se aliasse aos ideais de igualdade e liberdade, guias do liberalismo.

Paralelamente, a teoria de Habermas pretendia afirmar a co-originalidade das autonomias cívica e privada (Idem, p. 13), isto é, demonstrar que “de um lado, o autogoverno serve para proteger direitos individuais; de outro, os mesmos direitos fornecem as condições necessárias para o exercício da soberania popular” (Idem, p. 13), ou seja, que os direitos individuais fundamentais e a soberania popular se retroalimentariam.

Assim, o que há em comum entre as teorias de Rawls e de Habermas é a postura conciliadora que elas têm ao associar a democracia com o liberalismo. O entendimento deles é de que, ao contrário do que afirmam seus críticos, os interesses liberais não constroem a democracia<sup>6</sup>, ao contrário, são dela constituintes. (Idem, p. 13)

Para os democratas deliberativos, há a possibilidade de se atingir um consenso racional em detrimento de um mero acordo sobre procedimentos, o que significa que, através da razão, as pessoas entrariam em um consenso imparcial sobre o que seria melhor para aquela comunidade. A imparcialidade das decisões resultaria da exclusão da esfera pública de certos temas que Rawls chama de “abrangentes”, dentre as quais estariam questões religiosas, filosóficas e de cunho moral. (Idem, p. 15) Assim, o autor usa como ponto de partida para a sua teoria a questão da “posição original”, em que os integrantes da sociedade democrática se veriam forçados a deixar de lado suas particularidades. (Idem, p. 13)

Já para Habermas, a imparcialidade e a racionalidade propostas pelo modelo deliberativo se tornariam possíveis a partir de uma abordagem procedimental, em que não se limitasse sobre o que, nem a abrangência de nenhuma discussão dentro da *democracia a priori*. Tal limitação ocorreria naturalmente na medida em que fossem seguidas as normas procedimentais de discurso idealizadas pelo autor, ou seja, “são os constrangimentos

---

<sup>6</sup> Democracia e liberalismo são considerados antagônicos já que, no liberalismo, há foco nos direitos individuais e na propriedade privada, relativos à “liberdade dos modernos” (MOUFFE, 2005, p. 13). A democracia, por sua vez, é guiada pelo princípio de o povo governado pelo povo, de soberania popular, de forma que a política seria feita por todos. Associa-se à liberdade dos antigos, de participação na tomada de decisões a esfera pública.

procedimentais da situação ideal de fala que eliminarão as posições que não podem ser aceitas pelos participantes do ‘discurso’ moral”<sup>7</sup>. (Idem, p. 13)

Para os habermasianos, o processo de deliberação tem resultados razoáveis assegurados, na medida em que se estabeleçam as condições do “discurso ideal”: quanto mais igual e imparcial, mais aberto será o processo; quanto menos os participantes são coagidos e prontos para serem guiados pela força do melhor argumento, mais os interesses verdadeiramente generalizáveis poderão (Idem, p. 14)

Assim, o que daria legitimidade a essa teoria seria o “fato de que as instâncias que afirmam um poder coercitivo fazem-no sob a presunção de que suas decisões representam um ponto de vista imparcial, que se situa na conjunção do interesse igual de todos”, o que pode ser entendido como o “livre consentimento”, que só poderia ocorrer se houvesse as condições ideais para que fosse garantida a imparcialidade moral (Idem, p. 14). Somente assim, o consenso atingido consistiria em um consenso racional, ao invés de um mero acordo: haveria o real convencimento.

Em ambos os casos [nas teorias de Rawls e de Habermas], uma forte separação é estabelecida entre “mero acordo” e “consenso racional”, ao passo que o campo próprio da política é identificado com a troca de argumentos entre pessoas razoáveis guiadas pelo princípio da imparcialidade. (Idem, p. 13)

### **1.1.3. Problemas da democracia deliberativa**

Mouffe elenca os dois momentos que demonstram a fragilidade da teoria deliberativa de democracia desses dois autores. Primeiramente, utilizando as próprias críticas que eles teceram, um em relação ao outro, podemos observar a falha nas teorias. Em relação à de Rawls, que, como já explicitado, advoga pela ausência de temas “abrangentes” na esfera pública, Habermas questiona se os próprios conceitos utilizados

---

<sup>7</sup> Como lembrado por Benhabib, as características de tal discurso são as seguintes: “(1) a participação em tal deliberação é governada pelas normas de igualdade e simetria; todos têm as mesmas chances de iniciar atos de fala, para questionar, interrogar e abrir o debate; (2) todos têm o direito de questionar os tópicos definidos da conversação e (3) todos têm o direito de iniciar argumentos reflexivos sobre as próprias regras do procedimento discursivo e o modo pelo qual são aplicadas e implementadas. Não há regras que em princípio limitem a agenda da conversação ou a identidade dos participantes, desde que qualquer pessoa ou grupo excluído possa demonstrar justificadamente que são afetados de modo relevante pela norma proposta em questão” (BENHABIB, 1996, p. 70).

pelo estadunidense já não partiriam de concepções abrangentes dele mesmo. Ou seja, “racionalidade”, “justiça” etc - conceitos tomados como base para a teoria de Rawls - são, eles mesmos, conceitos abrangentes.

Já a crítica tecida por Rawls em relação à teoria habermasiana diz respeito à pretensa imparcialidade proposta pelo autor. Rawls questiona se o procedimento proposto por Habermas seria imparcial mesmo, já que, por mais que fossem cumpridas as normas procedimentais, o resultado influenciaria na decisão do votante, sendo impossível retirar a influência desse resultado no momento da tomada de decisão.

Assim, a conclusão a que chega a autora belga é a de que, em ambas as teorias, o que se pretende é um apagamento ou esquecimento do pluralismo de valores. É a sua eliminação da teoria democrática, na busca por uma pretensa imparcialidade. No entanto, em ambos os casos, isso configura uma impossibilidade:

Eles precisam (...) relegar o pluralismo para um domínio não-público, isolando a política de suas conseqüências. O fato de que sejam incapazes de manter a separação rígida que advogam tem implicações muito importantes para a política democrática. Ressalta-se aí que o domínio da política – mesmo quando questões básicas como justiça ou princípios fundamentais estão envolvidos – não é um terreno neutro que poderia ser isolado do pluralismo de valores ou em que soluções racionais e universais poderiam ser formuladas. (Idem, p. 16)

Mouffe explica que a tensão existente entre as lógicas da democracia e do liberalismo é inerradicável, razão pela qual este paradoxo deve ser aceito como um dado, a partir do qual é possível teorizar a respeito da forma de se exercer a democracia. A proposta da autora é a de que o pluralismo não seja escondido, como Habermas e Rawls propõem, mas que sua existência seja reconhecida e que os problemas que advierem da contradição democracia x liberalismo sejam pensados e solucionados, ao invés de negados.

Ou seja, segundo a autora, o grande erro dos filósofos consiste em teorizar em busca de uma solução racional final para a tensão entre o autogoverno – democracia – e os direitos individuais do liberalismo (Idem, p. 16). De acordo com Chantal Mouffe, insistir em um consenso racional, além de ineficaz, é uma forma de causar constrangimentos ao debate democrático, consistindo em “outra tentativa de insular a política dos efeitos do pluralismo de valores, desta vez tentando fixar terminantemente todo

o sentido e a hierarquia dos valores liberal-democráticos fundamentais.” (Idem, p. 16) Assim, o principal problema que pode ser encontrado tanto na perspectiva deliberativa quanto na agregativa de democracia é o privilégio dado à racionalidade em ambos os casos. (Idem, p. 17)

O fracasso da teoria democrática contemporânea em atacar a questão da cidadania é a consequência de seu funcionamento com uma concepção de sujeito que vê os indivíduos como anteriores à sociedade, portadores de direitos naturais, e tanto agentes da maximização dos benefícios como sujeitos racionais. Em todos os casos estão abstraídos das relações sociais e de poder, linguagem, cultura e todo o conjunto de práticas que tornam a ação [agency] possível. O que falta a essas abordagens racionalistas é a própria questão de quais são as condições de existência do sujeito democrático. (Idem, pp. 17-18)

#### **1.1.4. Pluralismo de valores na teoria de Chantal Mouffe**

Para enfrentar seriamente tais problemas, o único caminho é vislumbrar a cidadania democrática de uma perspectiva diferente, de modo a colocar ênfase nos tipos de práticas e não nas formas de argumentação. (Idem, p.18)

Resultado da análise de Chantal Mouffe em relação às críticas feitas às teorias de Habermas e de Rawls é sintomático: os momentos em que ambas as teorias falharam têm relação com a forma de lidar com a questão do pluralismo de valores: os autores buscam teorias que eliminem da vida pública elementos que partem de interesses e de perspectivas particulares dos sujeitos, na tentativa de eliminar o pluralismo da teoria democrática.

O que a autora afirma é que isso é uma impossibilidade: o pluralismo não pode ser eliminado do pensar democrático, é impossível que isso seja feito. Não há como eliminar de uma pessoa suas particularidades e colocá-la em um estado de posição original, como propõe Rawls. É impossível uma pessoa se despir de suas crenças e influências completamente para que seja tomada uma decisão “imparcial” e “neutra”. Ao contrário, sua obra permite a percepção de que os pluralismos não só não podem ser eliminados do debate democrático como, pelo contrário, lhe são constitutivos.

O que Mouffe propõe, alternativamente, é o modelo agonístico de democracia, segundo o qual a pluralidade de valores é parte central da teoria. Ao invés de

eliminar da política e do espaço público tudo que possa ser individualizado, todas as paixões motivadoras do pensamento individual, ela os acolhe, demonstrando que o antagonismo gerado pelo pluralismo de valores é o verdadeiro motor da democracia. (Idem, p. 19)

É nesse sentido que ela afirma que qualquer possibilidade de objetividade social parte de uma prévia relação política e que, em seu cerne, possui traços de exclusão, que devem ser assumidos e constantemente reconfigurados:

o poder não deve ser concebido como uma relação externa acontecendo entre duas identidades pré-constituídas, mas sim como constituindo as identidades elas mesmas. Considerando-se que qualquer ordem política é a expressão de uma hegemonia, de um padrão específico de relações de poder, a prática política não pode ser entendida como simplesmente representando os interesses de identidades pré-constituídas, mas como constituindo essas próprias identidades em um terreno precário e sempre vulnerável. (Idem, p. 19)

É em conformidade com tal entendimento, levando em conta a grande diversidade de ideais políticos - aqueles que Rawls define como sendo temas abrangentes -, que o CADir atua. A opção feita pelo grupo que compunha a gestão Identidade foi a *de dar voz à opinião contramajoritária*, que conversa com a teoria apresentada por Mouffe no sentido de que a democracia somente existe em um terreno de debate de valores, que são plurais e dizem respeito a cada um. Assim, considerar que não há uma solução final, que não há uma única racionalidade e que todas as vivências são importantes na construção da democracia não é uma forma de impedir que ela aconteça, pelo contrário. Dessa forma, nada mais coerente do que promover debates que tragam mais informação à comunidade discente: trazer à tona certas vivências que costumam ser invisibilizadas é uma forma de tornar o ambiente de troca de ideias mais justo e plural, democrático, portanto.

Nesse sentido, o foco dos eventos acadêmicos realizados no ENED 2010 foi o das lutas das minorias. A programação final contava com a abordagem de temas relativos ao questionamento crítico da realidade carcerária no país, ao ensino do direito nas universidades e ao reconhecimento à diferença, com foco nos problemas enfrentados por pessoas que se identificam dentro da comunidade LGBT.

O tema de cada ENED é decidido no mesmo momento em que a sede é escolhida (em assembleia geral ao final do ENED anterior), mas a forma com que a

temática será abordada é fruto do trabalho do CA da cidade responsável por sediar o evento. Assim, pode-se observar que houve uma escolha clara da então gestão em colocar em foco uma abordagem crítica do tema proposto, proporcionando um espaço de reflexão acerca da pluralidade de vivências e de pensamentos (LOPES, 2010).

Seguindo o raciocínio demonstrado no trecho da campanha para a mencionada gestão, o caminho é colocar em evidência discursos que são normalmente silenciados, de forma a, ao conhecer sobre o que se teoriza, ao conhecer a realidade do outro, a estudante pudesse identificar a si mesma, reconhecendo sua própria identidade.

A aproximação das gestões diretoras do CADir com ambientes de disputa política, como os CEBs, a FENED, representa, portanto, a preocupação em colocar em foco algumas visões em um evento acadêmico de grande porte, além de configurar um passo muito importante na construção de uma concepção de democracia mais ampla, que, em conformidade com a teoria apresentada por Mouffe, leva em conta a grande diversidade de valores como componentes da democracia.

Assim, pode-se perceber que, para as integrantes da gestão ora estudada, não há certo/errado, nem se assume que o que já está dado é fruto de uma evolução natural, mas que, em oposição, o “dado” faz parte de uma construção hegemônica, que não é imutável. As diferentes formas de ver o mundo e de interpretá-lo em conformidade com a experiência individual e contextualizada de cada um faz parte da disputa de significados e de normas e de adequação.

Essa forma de interpretação e a conseqüente crescente atuação do CADir na FENED, assim como nos CEB's, representa uma preocupação em não representar somente uma gestão administrativa, mas uma gestão política, cuja diferença reside justamente no que se entende como função de um centro acadêmico - e, extrapolando, dos gestores públicos em geral -, qual seja, a de não somente auxiliar em temas burocráticos, aqueles sobre os quais não se discutam significados daqueles temas que John Rawls chama de “abrangentes”, mas de participar ativamente em questões que são controversas.

Ademais, aqui cabe trazer a compreensão de Wittgenstein que nos é trazida nos dois textos da Chantal escolhidos para fazer parte deste trabalho. Tal compreensão diz respeito ao fato de que não há regra que não esteja integrada e tenha surgido a partir de um conjunto de práticas (MOUFFE, 2005, p. 18), o que significa dizer que nenhuma regra (nem mesmo as regras respectivas à burocracia) pode ser considerada uma regra neutra, natural, cujo surgimento ou aplicação não possa ser questionado.

Assim, quando se diz que a compreensão das integrantes da gestão é a de realizar uma gestão política e não somente administrativa, seria como dizer que a compreensão é a de não se fazer uma gestão como a de Rawls ou a de Habermas, em que se ignora o pluralismo de valores em nome de uma pretensa imparcialidade. O que se pretende é assumir o papel abrangente da gestão pública, é assumir que a democracia só pode caminhar enquanto nenhum pressuposto for fixo, sempre havendo a possibilidade de se questionar tudo que é posto.

É nesse sentido que essa mesma gestão atuou na questão relativa ao aumento de vagas no curso de Direito, o que ocorreu no início desta década.

## **1.2. REUNI e Expansão**

A gestão Identidade, já mencionada no tópico anterior, foi a eleita para ser dirigir o CAdir no período 2009-2010, momento em que surgiu a possibilidade de duplicação das vagas (SECOM, 2009) no curso de Direito, em virtude do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI. Comprometidos em campanha a lutar pela reestruturação da faculdade, assim como a ajudar na elaboração de um novo projeto pedagógico - mais atualizado e condizente com o fomento ao tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) conforme previsto no art. 207 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) - a gestão optou por pronunciar-se contrariamente à expansão sem que antes que se viabilizassem as questões estruturais necessárias relativas ao aumento de 100 por cento do número de ingressantes no curso.

Nos meses que se seguiram ao anúncio do aumento de vagas (para vigorar já no semestre seguinte), as integrantes da gestão buscaram pressionar pelo adiamento da mudança. Participando dos colegiados e, depois, com a proposição de uma ação judicial

movida contra a UnB no sentido de não se liberar a expansão sem que antes houvesse mudança de infraestrutura na faculdade, contratação de novos professores etc, o grupo integrante do CADir buscou pressionar a coordenação e direção do curso. O centro acadêmico perdeu em sua representação judicial (NUNES, 2010) e a expansão aconteceu.

Independentemente do resultado do embate jurídico, o que vale a pena se evidenciar é a atuação das integrantes da gestão, que, nesse momento, entrou em embate com a própria coordenação do curso. Nesse momento, o CADir abriu as portas para uma atuação que ultrapassa o auxílio das estudantes em questões burocráticas, adentrando em um terreno relativo ao mérito da burocracia da faculdade. Rompe-se o paradigma do CADir observador e inicia-se uma etapa em que a gestão atua em um antagonismo aos interesses da faculdade, levando em conta os interesses das estudantes.

As integrantes dessa mesma gestão fizeram um esforço no sentido de implementação do PET (Programa de Educação Tutorial) (BRASIL, 2011), até então inexistente no curso de direito – fonte de estudos autônomos por parte das estudantes -, e no acompanhamento de perto da elaboração das diretrizes do novo projeto pedagógico (PP). Levando em conta a valorização da pesquisa e da extensão nos créditos universitários, além da flexibilização da grade horária que – até hoje – ultrapassa em muitos as diretrizes do Ministério da Educação no que diz respeito à quantidade de créditos obrigatórios, houve um incentivo para que os estudantes compreendessem a magnitude de tais mudanças e, assim, se envolvessem no processo de elaboração do PP. Como resultado, um grupo de estudantes fez parte da comissão de elaboração do projeto do começo ao fim, desde a sua parte normativa até em formas de pensar a sua aplicação, regras de transição etc.

Os exemplos aqui citados, de participação da gestão em questões mais estruturais da faculdade, demonstram o reconhecimento dos gestores de que a sua atuação deve, sim, ser guiada politicamente e que somente acatar as decisões tomadas em instâncias superiores de deliberação da UnB em relação ao projeto pedagógico e em relação à expansão iria de encontro ao que a gestão se propôs a fazer em período de campanha (lutar pela estrutura de ensino de qualidade). O CADir, então, decide tomar partido e não deixar os trâmites da faculdade ocorrerem sem que houvesse uma observação de perto da entidade que representa os estudantes. O CADir, nesse momento, assume um papel de antagonismo em relação à administração e ao corpo docente, deixando se atuar somente ao auxiliar

estudantes e coordenação em aspectos burocráticos, mas passando a questioná-los também.

Concomitantemente à atuação do CADir à época, pode-se observar o aumento constante de grupos de mulheres. As PLPs (Promotoras Legais Populares, projeto de extensão com foco em gênero da UnB) com mais força, iniciam, então, a tradição da Semana de Gênero e Direito – evento anual que objetiva levar temas concernentes ao debate de gênero à Faculdade de Direito -, contando com apoio estrutural do centro acadêmico.

O que se presencia, nesse contexto, é o crescimento da voz dessas minorias que por muito tempo estiveram escondidas por debaixo do tapete de discursos que se pretendem neutros e apolíticos.

### **1.3. Bandeiras feminista e LGBT**

O tópico agora iniciado diz respeito a uma tomada de posição do CADir de uma forma mais palpável: se trata do processo de confecção de bandeiras do CADir com os símbolos das lutas LGBT e feminista<sup>8</sup>, que ocorreu na gestão Inclusão (2011-2012).

A confecção não foi resultado de uma decisão unânime das integrantes da gestão, tampouco foi decidida rapidamente. O debate, nesse caso, foi necessário para que se tomasse a decisão, em nome do grupo diretor. A partir dessa observação e, em conformidade com a teoria apresentada por Laclau e Mouffe no livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015), podemos embasar a imprescindibilidade do debate democrático para que seja dada legitimidade a uma decisão política.

A mencionada obra objetiva refletir sobre a construção de formas hegemônicas de pensamentos e de governo. O que as autoras procuram demonstrar é como se dá a construção de um pensamento hegemônico e como certas categorias - “particularidade” e de “universalidade” - comuns no pensamento político exercem um papel diferenciado na teoria de Laclau e de Mouffe.

---

<sup>8</sup> A bandeira que representa a luta antirracista demorou mais algum tempo para sair do papel.

### 1.3.1. Universalidades e particularidades na teoria de Laclau e Mouffe

A primeira observação a ser feita é que a universalidade compreendida na teoria de Laclau e Mouffe não é entendida como consequência de um contrato social, como diria Hobbes (como se houvesse um acordo entre todas as pessoas que determinasse a universalidade e que não poderia ser alterado) tampouco se encaixa na concepção marxista de classe universal (povo) da qual resultaria no fim da política). Não, de acordo com eles, “o vínculo hegemônico é constitutivamente político” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 40). Isso quer dizer que a universalidade, a hegemonia, faz parte de uma construção que nunca para de acontecer. Tal construção é como se fosse uma medida de poder que pode ser sempre alterada e reinventada.

Os indivíduos possuem discursos e posições diferentes dentro da lógica social, de forma que suas demandas são únicas, em conformidade com suas experiências e com suas compreensões de justiça, de democracia etc. Essas são as “particularidades”: sujeitos são tidos como particularidades. A particularidade é algo único e é a partir da existência de múltiplas particularidades diferentes entre si que se compreende a lógica da diferença.

Os indivíduos, como particularidades, articulam-se entre si e percebem afinidades: lutam contra o mesmo opressor, lutam contra o mesmo sistema econômico, entre outros tipos de afinidades. A partir do reconhecimento delas, decorre a “lógica da equivalência”. Nenhum grupo poderia abarcar todas as demandas de grupos afins, visto que são todos particularidades, no entanto, dentro dessa lógica de equivalência, um certo grupo, um certo sujeito, uma *particularidade*, transcende sua própria significação e passa a representar todos aqueles grupos, numa *universalidade*: “essa relação, por meio da qual uma particularidade assume a representação de uma universalidade que lhe é inteiramente incomensurável, é o que chamamos de relação hegemônica” (Idem, pp. 40-41).

Partindo desse raciocínio, os autores da obra classificam tal universalidade como contaminada, isto é, ela não seria uma universalidade pura já que, (1) internamente, há sempre uma tensão entre particularidade e universalidade, e (2) ela não é nunca definitiva. (Idem, p. 41)

Retornarei a esse raciocínio em outras etapas do trabalho, mas aqui o que importa restar dito é a importância vista pelos autores, e que se reflete no funcionamento da gestão Inclusão, na própria existência do debate. Não há, mesmo internamente a grupos políticos, nenhum pressuposto fixo ou consenso permanente (o que já foi mencionado como base das teorias de Rawls e de Habermas), e a articulação deve ser sempre constante.

O grupo formado na gestão reuniu-se numa cadeia de equivalências, de interesses parecidos objetivando uma luta mais veemente contra opressões e a favor de se dar voz a todos. Ainda assim, os seus integrantes continuam representando particularidades que estão sempre em disputa. Ainda que concordem todas da gestão em defender, priorizar e participar das lutas mencionadas (contra o machismo e a homofobia), a forma com que isso seria feito pode ser – e foi – fonte de grandes discussões, como a que será relatada a seguir.

### **1.3.2. Deliberação interna sobre a confecção das bandeiras**

A respeito da idealização e decisão de confeccionar as bandeiras, houve uma troca de e-mails a que tive acesso em que se pode verificar de forma mais prática como questões postas pelo grupo não partem nunca de decisões unânimes e pacíficas. A partir da sugestão de confecção das bandeiras por parte de um integrante, outros imediatamente passaram a questionar.

Alguns levantaram questões práticas, como a possibilidade de as bandeiras serem furtadas se deixadas no espaço físico do CA. Outros integrantes sugeriram que houvesse uma enquete (interna) a respeito da confecção, já outros sugeriram que o CADir deveria representar as estudantes e que, como a defesa de tais demandas (as representadas nas bandeiras) não é algo unânime na faculdade, não se poderia fazer uma bandeira do Centro Acadêmico com tais dizeres. Já outros afirmaram que se fizessem bandeiras contendo alguns temas de minorias, dever-se-ia, então, fazer bandeiras concernentes a *todas* as minorias.

Em contrapartida, muitos outros saíram em defesa da confecção. Primeiramente, contra o argumento de que se faria necessária uma enquete, em decorrência da discordância interna a respeito da questão, Vitor Magalhães (2011) expôs a falha que

isso poderia acarretar, visto que uma votação tem como único objetivo suprimir a minoria e, em questões que são demandas de minoria, isso implicaria numa exclusão da própria democracia:

A maioria é uma coisa muito importante na Democracia - mas, nem tudo se "resolve" simplesmente com o aval dela. Exemplos? Vejamos: legalização do aborto, união homoafetiva, reconhecimento de direitos de etnias indígenas (...), enfim: tudo aquilo que envolve as minorias. Imagine que toda vez que uma questão que claramente seja minoritária comece a ser discutida, alguém proponha uma votação: não tem mais democracia. (MAGALHÃES, 2011)

Ainda, ele acrescenta que a discussão e que o debate são imprescindíveis, mais do que uma votação, para que se ponha em evidência aquilo que não faz parte do senso comum. O fato de, por anos, as eleições para gestão do CADir terem acontecido em chapa única (ou seja, sem concorrentes, apenas uma busca pela quantidade de votos favoráveis à chapa que ultrapassasse o quórum), torna essa discussão um pouco mais complexa: sem concorrência, é mais fácil concluir diretamente que a função da gestão fosse ser absolutamente representativa, atenta a representar *todos* os estudantes. A esse respeito, uma citação direta do texto de Laclau pode ser muito produtiva:

A função do representante não consiste simplesmente em transmitir a vontade daqueles que representa, mas dar credibilidade àquela vontade em um meio diferente daquele em que essa vontade se constituiu originalmente. Essa vontade é sempre a vontade de um grupo setorial, e o representante tem de mostrar como ela é compatível com os interesses da comunidade como um todo. Pertence à natureza da representação que o representante não seja um agente passivo, mas tenha de acrescentar algo aos interesses que ele representa. Essa adição, por sua vez, reflete-se na identidade dos representados, que muda como o resultado do próprio processo de representação. Assim, a representação é um processo de mão dupla: um movimento do representado em direção ao representante e um movimento correlativo do representante em direção ao representado. (LACLAU, 2013, p. 232)

O argumento que advoga pela não confecção das bandeiras por não ser algo que representasse todo o corpo discente encontrou resposta no e-mail de Antonio Borges, que, em defesa das bandeiras, compreende que a eleição ter sido realizada em chapa única

não vincula as ações da gestão a todos os estudantes: o compromisso da gestão é com o programa que a levou à eleição e que se isso significa atuar de forma a receber críticas dos estudantes, que elas sejam feitas e debatidas com a gestão (BORGES, 2011). O que Antonio coloca em questão conversa com o trecho supracitado do livro de Laclau no sentido de que a representação não depende exclusivamente das demandas dos representados, mas também de uma interpretação das demandas, levando em conta, ainda, a ideologia que move o grupo que compõe a gestão. A produção das bandeiras demonstraria o apoio do CADir às pautas por elas representadas e não anularia nenhuma outra pauta que não fosse machista e a homofóbica, que são pautas de exclusão.

Marcos Queiroz (2011) também escreve e-mail sobre a necessidade de se colocar a “cara a tapa” e atuar positivamente na defesa dos direitos das minorias. Que não cabe à gestão que se diz comprometida com tais pautas o medo da crítica, que faz parte do ambiente democrático. Tal posição recebe respaldo de Daniel Jacó, que alega que “como a Gestão se diz comprometida com a questão LGBT, o ônus de demonstrar a inconveniência da bandeira cabe, na minha visão, a quem a ela se opõe” (JACÓ, 2011).

Alguns trechos do folheto de campanha da Inclusão merecem ser destacados aqui, a título de exemplo:

Acreditamos que, para alcançarmos esse objetivo [de respeitar a diferença] e para aprofundarmos a democracia, o melhor caminho é deixar a/o outra/o falar. E ouvir. Principalmente, lembrar que nós mesmos somos as/os outras/os para alguém.

(...)

Posicionar-se nos debates universitários que permeiem a política de reconhecimento e inclusão, tais quais questões relativas a raça, gênero e afetividade. (FOLDER DE CHAPA, 2011)

Luisa Hedler, acompanhando o raciocínio dos companheiros, explicita que “apoiar um movimento não significa negar todos os outros - mas querer esconder, silenciar ou minimizar uma instância de luta política nossa que é uma forma de negação.” (HEDLER, 2011). O seu posicionamento se mostra muito importante para a temática a ser

desenvolvida neste trabalho: ela diz que o silêncio a respeito de uma forma de luta poderia caracterizar uma forma de negação dela própria.

### **1.3.3. Invisibilidade e violência**

A constatação da negação e da violência contidas no silêncio é de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho. Segundo Slavoj Žižek (2009), a violência muitas vezes é compreendida somente nos atos de cólera, de fúria, em que se pega em armas e se causa dor física, mutilação etc. De fato, segundo ele, tudo isso constitui uma forma de violência, mas não sua totalidade. Essa violência visível, explícita, despidorada, é o que ele chama de “violência subjetiva” (2009, p. 10).

Em contraposição à violência subjetiva, o autor define a “violência objetiva”, que vigora nos momentos de normalidade, que é constituinte do que é dado, do que é pressuposto:

a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de grau zero de não-violência. Aparece como uma perturbação do estado de coisas ‘normal’ e pacífico. Todavia, a violência inerente a este estado de coisas ‘normal’ é precisamente a violência objetiva. A violência objetiva é uma violência invisível uma vez que é nela que se sustenta a normalidade do nível zero contra aquilo que percebemos como sendo objetivamente violento. (Idem, p. 10)

A violência objetiva é categorizada em “violência simbólica” e “violência sistêmica”. A primeira é percebida na linguagem e a segunda “consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento homogêneo dos nossos sistemas econômico e político” (Idem, p. 10).

As violências objetiva e subjetiva não podem ser analisadas segundo o mesmo ponto de vista. A segunda delas parte de uma noção de neutralidade, de normalidade que é abalada por um ato claramente violento (uma ação terrorista, por exemplo). A primeira, no entanto, consiste nesse próprio grau de “normalidade”. As aspas aqui servem como um pedido de atenção: o que é normal parte de um poder hegemônico do que é aceitável e do que não é, e pode ser sempre modificado, conforme já foi estudado neste mesmo trabalho. A normalidade aqui diz respeito ao que está posto em norma assim

como ao que é socialmente aceito como correto. A violência objetiva é uma “violência invisível”, que se esconde detrás do que é normalmente aceito para que seja exercida.

É disso que Luisa fala em seu e-mail em defesa da confecção das bandeiras, em consonância com os e-mails de Daniel, Marcos, Antonio... A negação da ação, o fato de não chamar atenção para determinadas pautas, especialmente sendo elas caras ao projeto de gestão, configura esse tipo de violência objetiva, sistêmica, que apenas coaduna com o status quo de opressão a essas demandas.

A pauta feminista e a pauta LGBT são representativas de pautas que lutam contra essa normalidade. É normal e socialmente aceito que se façam piadas a respeito da sexualidade alheia, é normal e aceito que se fiscalize o comportamento feminino de forma muito mais veemente do que se faria em relação a homens. É normal e aceito que tanto pessoas LGBT quanto mulheres sofram preconceito ou assédios somente por possuírem esse tipo de identidade, ou que se use dessas identidades para diminuir uma pessoa. Este é o significado da violência objetiva, tratada como normalidade.

É aí que reside o grande perigo de definições de democracia como as de Rawls e de Habermas, supramencionadas: quando se parte do pressuposto de que o poder hegemônico é natural, é dado, e que não surge também de uma maneira política de se vivenciar o mundo, corre-se o risco de, na normalidade, ferir direitos de pessoas que apenas vivem sua individualidade e particularidade de forma diferente do que é posto hegemonicamente.

Ao final, aqueles contrários às bandeiras foram convencidos pelo debate, e elas foram confeccionadas.

#### **1.4. O caso da pichação homofóbica**

Seguindo o contexto das gestões anteriores, que, cada vez mais, delimitavam fortemente seus posicionamentos políticos, chegou-se à decisão, ainda em momento de campanha eleitoral, que seria honesto que o Maracatu Atômico (gestão 2012/2013) declarasse abertamente o seu posicionamento político: de esquerda. Tal decisão parte de um raciocínio que se assemelha às teorias aqui demonstradas:

Isso significa, em poucas palavras, a incorporação de pautas da esquerda dentro do CADI (como já vinha acontecendo, conforme pode ser observado até pelo breve histórico aqui relatado), pautas críticas e contra hegemônicas. Esse foi o compromisso de campanha.

Durante o período da gestão, algo muito marcante ocorreu na faculdade: frases de ódio foram pintadas no espaço físico do CA: “ñ aos gays” e “quem gosta de dar gosta de apanhar” (MORAIS, 2013). A repercussão do ocorrido foi muito grande nas redes sociais e em jornais da cidade e em pouco tempo a gestão Maracatu Atômico se posicionou de forma veemente contra a reprodução desse tipo de discurso.

Ao mesmo tempo, a mesma gestão cobrou posicionamento da Faculdade e também se manifestou no conselho da FD concernente ao caso. Partindo do entendimento de que o silêncio a respeito de opressões é violentador, como mencionado no tópico anterior, Hugo Fonseca, integrante da gestão, falou em conselho cobrando medidas da coordenação e da direção da faculdade. Novamente, o entendimento do grupo que compunha a gestão, enquanto representante dos estudantes, é que, ao fechar os olhos ao que acontece na faculdade, seus representantes estariam sendo omissos e, portanto, coadunariam com a violência ocorrida. Alguns trechos do que foi dito em conselho merecem ser destacados:

(...) acredito que temos que refletir sobre o que significa aquele “não aos gays” no Centro Acadêmico. Embora a gente fique completamente estupefato, completamente indignado, fazemos a avaliação que aquilo é uma exteriorização do que ouvimos no dia a dia. Nas rodas de conversa, dentro de sala de aula. Neste sentido, devemos assumir a responsabilidade de combater e de empoderar as pessoas para que possamos desconstruir esses argumentos.

Eu, provavelmente, há algum tempo, há meses antes, não estaria aqui falando que sou um militante LGBT (...) e o que me fez empoderar, foi ver, por exemplo, um Centro Acadêmico que tinha uma bandeira LGBT. Para além de demarcar uma posição política, isso significa você poder dizer às pessoas que elas não estão sozinhas. (...) Será que é preciso que a gente espere que alguém escreva “não aos gays” para que a gente discuta homofobia dentro da Faculdade de Direito, dentro da Universidade de Brasília? Nós acreditamos que não. Seguindo aquela avaliação de que essa frase é algo cotidiano; é o que está intrínseco nas nossas relações, nas nossas conversas, nas nossas piadas, naquilo que a gente ri, naquilo que a gente acha engraçado, entendemos que essa luta tem que ser todos os dias. Convidamos, assim, a Faculdade de Direito, convidamos a todos os professores, a se posicionarem, não só sobre o caso, mas se posicionarem diariamente.<sup>1</sup> (FONSECA, 2013)

Essa citação, apesar de extensa, é necessária porque toca em vários pontos muito importantes e que são alvo de estudo do presente trabalho. Em primeiro lugar, reforça a visão já explicitada no tópico anterior, exemplificada pelo e-mail da Luisa Hedler e acompanhada da teoria de Zizek: o que Hugo nos conta é que a homofobia está presente no dia a dia, está na “normalidade”.

As piadas que são feitas por professores em sala de aula, os esquetes de humor na internet, nas peças de teatro, na TV, o discurso de ódio vindo de congregações religiosas. Isso tudo faz parte da normalidade. Sem o devido cuidado, tudo isso passa em branco e a violência objetiva aí se instala. Hugo nos lembra que, ao se fazer “vista grossa” para esse tipo de comportamento, o que se faz, na verdade, é incentivá-lo.

Por não se tratar de uma violência subjetiva, segundo a definição de Zizek, ou seja, por não se tratar de um caso de violência física, a coordenação, a direção e os professores, na verdade, incentivariam esse tipo de comportamento se não fosse feito nada em relação ao ocorrido. É nesse sentido que o centro acadêmico pautou a sua atuação, visando a de não deixar que esse fato passasse impune, ou sem alguma manifestação por parte do corpo docente da faculdade.

Hugo, também relembra a importância que uma bandeira LGBT – já mencionada no tópico anterior - teve para seu empoderamento e para que ele se assumisse enquanto militante LGBT. Nesse sentido, reforça a necessidade de essa luta se dar todos os dias, não só quando ocorre um caso de “pichação” do CA nem apenas em um caso de violência física. A violência sistêmica ocorre cotidianamente, na sala de aula, na rua, na UnB, no RU e a FD não pode simplesmente fingir que nada acontece sob o risco de caracterizar-se como violentadora. Quando este tipo de violência acontece (um professor sendo desrespeitoso em sala de aula, essas pichações aparecerem etc), a resposta da comunidade da faculdade deve ser imediata.

### **1.5. Negritude**

Foi também na gestão Maracatu Atômico que a bandeira referente ao movimento antirracista foi confeccionada. A demanda por ela cresceu juntamente com o

contingente de negros e negras no corpo discente em virtude, principalmente, do sistema de cotas. Nesse momento, foi idealizada a realização da primeira semana da consciência negra, dedicada a debates envolvendo temas raciais e valorização da cultura negra. A campanha para tal evento não teve muita adesão, de forma que ele foi adiado.

Com a bandeira tendo sido confeccionada – e, neste caso, a decisão foi mais pacífica, não havendo integrantes da gestão contrário a ela – aumenta a identificação de pessoas que se identificam como pertencentes de tal grupo, aumentando a força e a viabilidade para que se realizem eventos com a temática antirracista.

Assim, logo no começo da gestão seguinte, também chamada Maracatu Atômico (2013/2014), foi realizada a I Semana da Consciência Negra. Durante toda a história da faculdade, não houve gestão alguma que desse a devida importância à questão racial.

Isso reforça o que já foi dito a respeito do movimento constante da democracia: não há um momento final de consenso, e suas pautas devem ser sempre discutidas. Mesmo dentro de gestões que tinham como prioridade o discurso de minorias, ainda assim a pauta antirracista e de orgulho negro eram invisibilizadas (sinal da violência objetiva e do mito da democracia racial no Brasil). A trajetória de constante debate e reformulação das prioridades do CADir se mostra imprescindível em atuações nesse sentido, demonstrando o potencial de mutabilidade da democracia.

## 1.6. Considerações finais

A análise feita neste capítulo não pretendeu esgotar toda forma de atuação do CADir nos últimos anos, no entanto, em conjunto com a teoria de Chantal Mouffe a respeito da democracia, serve de forma exemplificativa para que se compreenda a atuação dos grupos que formaram a gestão diretora do CA neste começo de década.

A compreensão da democracia como um regime que internaliza a grande variedade de vivências, que têm o poder de ressignificar até os conceitos mais estanques, é imprescindível para a atuação que valoriza o que cada grupo tem a dizer. É com essa **possibilidade** de disputa de significados que se pode perceber uma maior representatividade e empoderamento das estudantes e é dentro deste contexto que surge a

segunda gestão Maracatu Atômico (2013/2014) que, em período de campanha eleitoral, colocou em evidência suas prioridades políticas e, por isso, recebeu uma grande quantidade de críticas, que serão analisadas no próximo capítulo.

## **Capítulo 2**

Após a contextualização do momento político de concorrência à gestão diretora do CADir em 2013, a explanação de quais eram as bandeiras levantadas pela chapa Maracatu Atômico, além do conceito de democracia que melhor se encaixa no contexto, a etapa que agora se inicia é, de fato, a análise e interpretação de trechos da discussão ocorrida no *facebook*. Tal debate teve início em uma publicação feita por um dos integrantes da comissão eleitoral, em que se anunciava a vitória da chapa Maracatu Atômico, que a partir daí se tornaria gestão diretora do CADir.

A campanha realizada pela chapa envolveu a decoração da faculdade de direito com cartazes que tinham como principal mote a defesa aos direitos das minorias. Além disso, uma das escadas da FD foi pintada, cada degrau de uma cor diferente, em referência à bandeira LGBT, ao movimento feminista e ao movimento antirracista.

A pintura das escadas não foi bem recebida por parte das estudantes, que demonstraram a insatisfação em comentários na publicação já mencionada. O foco deste trabalho reside na interpretação de tais comentários e os argumentos neles postos, que se encaixaram em algumas categorias escolhidas para fazer parte deste trabalho. Elas são quatro, que se entrelaçam: legalidade, neutralidade, o uso de ideologias e representatividade.

### **2.1. Ordem hegemônica e coincidência dos contrários**

Primeiramente, cabe resgatar o que já foi abordado no primeiro capítulo do trabalho: o debate sobre como se dá a formação de um poder hegemônico e qual a sua consequência para o debate democrático. Ernesto Laclau (2013, p. 242) explica que a formação do povo, detentor do poder no regime democrático, se dá a partir de relações equivalenciais e diferenças, em articulação. Isso quer dizer que não existe uma vontade do povo que seja homogênea, mas há grupos diversos dentro da sociedade que têm demandas distintas. Entre elas, há interseções – demandas de diversos grupos que se assemelham – e contradições – demandas que se opõem.

Dentro da lógica equivalencial (dessas demandas compartilhadas), uma particularidade transcende suas próprias e únicas demandas e se torna representante de uma totalidade, ultrapassando sua própria significação, absorvendo outras demandas. Ao ultrapassar sua própria significação e absorver e representar outras pretensões, essa particularidade se transforma em uma universalidade, que, no contexto dado por Mouffe e Laclau (2015, p. 40), é uma universalidade política, da qual surge a hegemonia.

“Para que haja hegemonia, o requisito é que os elementos cuja própria natureza não os predetermina a fazer parte de um arranjo ou outro não obstante convirjam, em decorrência de uma prática externa ou articuladora.” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 39) A hegemonia, portanto, é resultado de uma complexa disputa de demandas, de uma dialética entre as lógicas equivalencial e diferencial. Assim, a existência de antagonismos e de fronteiras internas à sociedade é condição primordial para a existência da política. A hegemonia em curso hoje só o é em razão dessa dialética ocorrida em outro momento no passado e essas fronteiras internas à qual me refiro não configuram barreiras objetivas, podendo sempre serem transpostas e transformadas, ressignificando, assim, a universalidade e a hegemonia.

Há uma tendência mais recente, no entanto, que busca eliminar do discurso político a questão dos antagonismos (já vimos no capítulo anterior como Rawls e Habermas teorizam a esse respeito), levando a uma sacralização do consenso (Idem, p. 43), pensamento segundo o qual se abandona qualquer tentativa de alterar a ordem hegemônica (estabelecendo novas fronteiras políticas, transformando as relações de poder já existentes), naturalizando-a.

O que Laclau e Mouffe propõem (Idem, p. 44) é o aprofundamento radical da democracia liberal, em que as lutas por liberdade e igualdade abrangessem cada vez mais tipos de relações sociais. A questão é que esse aprofundamento, esse deslocamento da ordem hegemônica, a criação de novas fronteiras na sociedade, só se fazem possíveis se houver a compreensão de que a ordem hegemônica vigente é alterável, de que as demandas particulares fazem parte da política, além da aceitação da inerradicabilidade do antagonismo (Idem, p. 45).

Sem que tais condições sejam compreendidas, a tendência é a aceitação da ordem hegemônica vigente como um dado, como algo fixo e imutável. As consequências, claro, são muito mais perceptíveis para aquelas pessoas que são excluídas dessa ordem segundo a qual certas atitudes, certos traços, não são vistos como consequência de uma ideologia resultante de uma disputa de poder, mas como neutros, naturais, questão de senso comum. O que está fora desse pano de fundo, no entanto, é o que passa a ser considerado uma forma de ideologia.

É o que Zizek chama de coincidência dos contrários: “é precisamente a neutralização de certos traços num pano de fundo espontaneamente admitido que marca a nossa ideologia em seu grau mais puro e eficaz” (ZIZEK, 2008, p. 39), de onde pode-se observar que a ideologia em seu grau mais “puro” coincide em seu contrário, a “não-ideologia”.

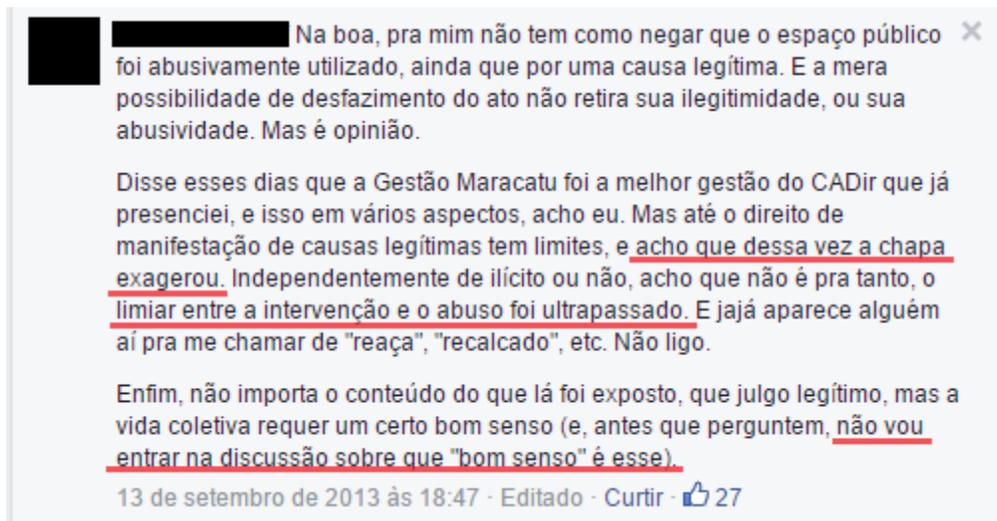
Podemos nos utilizar dessas teorias como ponto de partida para a compreensão de como as críticas feitas à intervenção têm profunda ligação com os pressupostos supostamente não-ideológicos da hegemonia.

O que será feito, nessa etapa do trabalho, é uma análise do discurso, que consiste em verificar quais são as condições de fixação de um discurso, como certas práticas se tornam autoevidentes, materialmente hegemônicas e vinculantes (Idem, p. 16). Em um contexto de inúmeras possibilidades, algumas delas se tornam hegemônicas e parece não haver muita necessidade em justificá-las, enquanto outras são combatidas e excluídas do debate. O que será feito, a seguir, na análise de alguns comentários da discussão em estudo, consiste na desconstrução de tais processos de constituição discursiva, levando em conta o que já foi estudado no capítulo anterior no que diz respeito à questão da pluralidade de valores e de lutas.

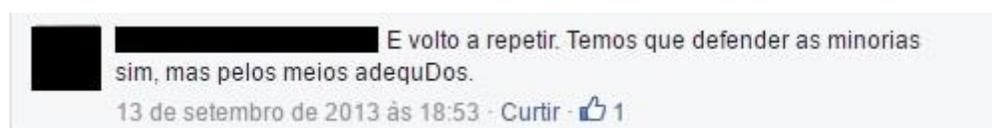
## **2.2. Neutralidade**

O fato de a intervenção ter sido feita com tinta parece ter chamado muito a atenção dos estudantes, que muitas vezes faziam questão de frisar que suas críticas estavam sendo feitas em relação ao meio pelo qual a mensagem foi transmitida, independentemente

da mensagem. A esse respeito, pede-se um bom senso, conceito o qual acaba não sendo destrinchado.



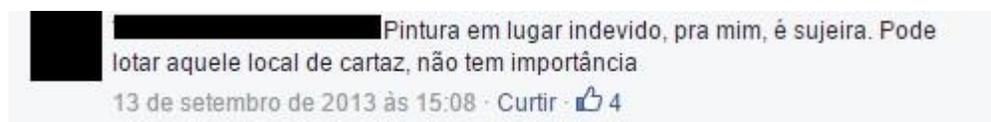
O fato de o autor deste comentário não sentir a necessidade de elaborar o que ele considera “bom senso” reforça a ideia de que há uma noção de que de fato existe um consenso geral acerca da maneira correta de se agir em sociedade. Ao não demonstrar qual seria o limiar entre intervenção e abuso ao qual ela se refere, ao exigir um bom senso que não se explica, percebe-se que naturalmente essa pessoa não considerou que há outras concepções além da sua de abuso, de bom senso. Isso parte, também, da aceitação de uma hegemonia moral que define o certo e o errado.



Quais são os meios adequados? Quem os define? Por que não é adequada uma intervenção que é facilmente removível? Novamente, aqui surge a defesa de uma questão muito subjetiva. Os meios adequados seriam aqueles que não chamam atenção da comunidade da faculdade? Aqui, novamente, o consenso sobre certo e errado vem à tona. O autor não vê a necessidade de explicar quais são os meios adequados, tratando esse bom senso, novamente, como um dado.

Outra debatedora levantou o ponto de que o CADI se revoltou na época em que foram pintadas, nas paredes do espaço físico do centro acadêmico, frases de ódio (acontecimento relatado no capítulo anterior). Segundo ela, isso demonstraria uma inconsistência dos integrantes da gestão, uma revolta seletiva, que somente ocorreria quando a violação do patrimônio fosse de encontro à ideologia do grupo:

Aqui, cabe perceber uma sutileza que faz parte do entorno da discussão: o próprio fato de participantes da chapa terem se utilizado de tinta diretamente no piso da faculdade, em detrimento da forma mais costumeira de se fazer campanha (colar cartazes) causou muita revolta, de forma que o meio em que a mensagem foi transmitida chamou mais atenção do que a mensagem em si. Para esta pessoa, não haveria diferença a pintura dizer respeito a uma pauta inclusive ou a um discurso de ódio: o que mais importa, no caso, é a preservação da integridade estética do prédio.



O que se percebe é uma avaliação muito subjetiva sobre quais seriam os meios adequados para reivindicar um posicionamento político. Quais são eles? Quem os determina? Por que cartazes são razoáveis e uma pintura removível não? Por que isso é um abuso de direito? Percebe-se que a todo momento se levantou que essa decisão teria como base um bom senso, mas determinar que bom senso é esse não fez parte da argumentação. Isso porque ele é uma questão muito subjetiva, que depende sim de conceitos estéticos e da valorização daquilo que a intervenção representa. Percebemos que, para essas pessoas, parecia insuportável ter no prédio de sua faculdade, por alguns dias, uma pintura que demonstra que LGBTs, mulheres e negras e negros, apesar de excluídos da sociedade, podem se ver representados na faculdade onde estudam. Para eles, em uma balança de

razoabilidade, parece mais razoável não “sujar”<sup>9</sup> a faculdade do que não representar esses grupos.

No entanto, quando questionados se as críticas são somente em relação ao meio em que a mensagem foi transmitida, se não há, por trás dessa insatisfação, uma resistência em relação à representatividade dos grupos, o debate se torna mais violento, mais pessoal. Algo que se assemelha ao que se ouve no dia-a-dia: “não posso falar mais nada que já sou taxado de homofóbico” ou “tudo hoje em dia é racismo”, ou, como no exemplo citado acima: “já vão me chamar de reaçã”. Ora, a única coisa que está sendo feita em relação a essas pessoas é o mesmo que elas fazem em relação à intervenção: uma crítica. Embora os comportamentos em muito se assemelhem, fica clara a dificuldade de quem defende o argumento decorrente da ordem hegemônica em aceitar que ela também é fruto de uma disputa ideológica.

Essa reação defensiva se desenrola ao afirmar-se que a representatividade exigida do CADir diria respeito tão somente a demandas práticas da faculdade e, assim, seria incorreto que a chapa “impusesse” questões ideológicas. Esse tipo de posicionamento demonstra como, para essas pessoas, a ordem hegemônica hoje consiste em uma espécie de neutralidade, da qual se exclui qualquer tipo de ideologia.

A primazia da suposta neutralidade, da racionalidade independente levam a crer que um pensamento ideológico é um pensamento inválido porque é parcial. O ponto defendido neste trabalho é que há política em qualquer argumento, inclusive naquele que defende a utilização de bom senso a respeito de como intervir. Isso decorre dos entendimentos acima expostos sobre a coincidência dos contrários de Zizek e o conceito de hegemonia demonstrado por Laclau e Mouffe. A manutenção do comportamento segundo o qual se ignora o sofrimento em decorrência da opressão pela qual grupos minoritários passam consiste numa posição ideológica marcada: de acordo com a hegemonia posta.

---

<sup>9</sup> Reforço que a conceituação de “sujo” e “limpo” é também muito subjetiva, resultado também de uma ordem hegemônica construída. Não são conceitos dados.

O pano de fundo do momento em que vivemos é machista, racista e homofóbico. Essa certeza advém da vivência dessas minorias, que têm de conviver com as piadas contadas em sala de aula, com professores defendendo a inconstitucionalidade do casamento homoafetivo etc – o que Hugo falou em conselho da faculdade e que foi relatado no capítulo anterior explicita esse debate muito melhor do que eu poderia fazer -. Essa vivência é tão comum que é naturalizada como o pano de fundo neutro, o zero, o ideal, de forma que esse tipo de violência é tão espontânea que pode passar como imperceptível.

A compreensão de que a intervenção é excessiva parte, claro, de quem não percebe que o silêncio frente à opressão, que a coadunação com a opressão, é também uma violência excessiva e silenciadora: “A violência simbólica social na sua forma mais pura manifesta-se como o seu contrário, como a espontaneidade do meio que habitamos, o ar que respiramos” (ZIZEK, 2009, p. 39)

Ainda a esse respeito, Zizek afirma que há duas maneiras de lidar com a política que são predominantes na contemporaneidade em consequência do liberalismo: *a biopolítica pós-política* e a culturalização da política.

A pós-política consiste na centralização da política na gestão especializada no lugar dos tradicionais combates ideológicos - uma teoria que em muito se aproxima da conceituação de democracia deliberativa de Rawls e a eliminação de temas abrangentes - (Idem, pp. 43-44). Assim, há uma demanda pela renúncia às paixões, que seriam formas de mobilizar as pessoas em prol da conquista de suas ideologias, de forma que somente o que resta é a administração eficaz da vida, restando o medo (ao invés das mencionadas paixões) como única forma de mobilização das pessoas.

A culturalização da política, por sua vez, diz respeito à transformação de diferenças políticas - como aquelas que advêm da desigualdade política ou da exploração econômica, por exemplo - em diferenças culturais, em diferentes “modos de vida”. Essa mudança terminológica acaba se tornando uma mudança conceitual na medida em que tais diferenças são tidas como dado. Assim, o modo de vida de cada um se torna algo particular, que não faz parte da vida pública (Idem, p. 125). A redução dessas desigualdades a algo privado, da vida de cada um, diminui a possibilidade de as demandas a respeito delas serem

efetivadas. Ao invés de incentivar-se a luta por emancipação, a luta pelo respeito e pela igualdade, se torna exigível apenas a tolerância.

O autor defende que o medo implicado nesse tipo de política é aquele relativo ao outro ou ao próximo, numa definição freudiana:

uma coisa, um intruso traumático, alguém cujo modo de vida diferente (ou, antes, cujo modo de *gozo* diferente é materializado nas suas práticas e ritos sociais) nos perturba, abala o equilíbrio dos carris sobre os quais a nossa vida corre quando se torna demasiado vizinho (Idem, p. 73).

O diferente, assim, é aquilo que escapa à hegemonia, à universalidade tida como neutra que, na verdade, privilegia um modo de vida e uma cultura específicas, precisamente: a cultura masculina, heterossexual, cristã e branca (Idem, p. 132).

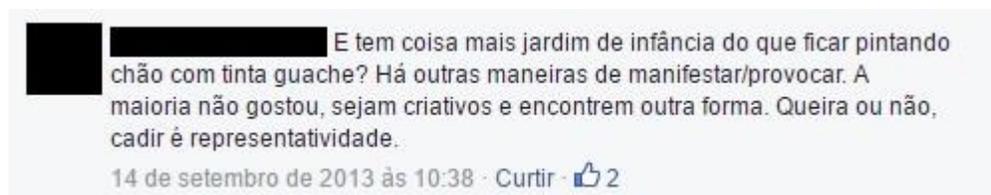
Quando alguém foge dessa pretensa normalidade e expõe seu modo de vida, a reação geral tende a ser violenta (Idem, p. 43), no sentido de reprimir a expressão do diferente. Segundo Zizek, essa é uma reação proveniente do medo ao qual somos submetidos em uma espécie de política que não traz, dentro de si, o pluralismo de ideias e a impossibilidade de a universalidade ser fonte de neutralidade. É nesse contexto que podemos compreender a razão da reação defensiva das pessoas que criticaram a intervenção ao serem, por sua vez, criticadas. Seus pressupostos são tão naturalizados que afrontá-los parece muito violento.

A associação das teorias de Mouffe, Laclau e de Zizek nos mostra que a hegemonia, a universalidade, a suposta neutralidade, o ponto zero de ideologia, atuam quase como sinônimos e são todos resultado de uma disputa de valores, que cristalizou certos paradigmas. A lei está entre esses paradigmas, a moralidade cristã também. A questão que aqui se faz muito importante é que esses paradigmas são mutáveis.

### **2.3. Representatividade**

Depois de uma longa discussão, aparecem alguns comentários insistindo que a pintura não deveria ter sido feita, já que supostamente a maioria das pessoas não

estaria satisfeita com ela e que “CADir é representatividade”. Nesse mesmo sentido, há uma sugestão de que fosse feita uma enquete, o que, segundo a autora do comentário, pouparia muita discussão e, posteriormente, uma enquete no *facebook* foi realizada, em que houve aproximadamente 70 votos contrários à pintura em contraste com 50 a favor<sup>10</sup>. Em ambos os casos, as pessoas acreditaram que a discussão seria encerrada aí, em uma enquete.



Aqui, é possível perceber uma semelhança entre o pensamento dessas pessoas e o modelo agregativo de democracia, segundo o qual o processo democrático se reduziria somente ao voto, que seria a forma de expressão de interesses e preferências. Esse modelo é criticado por Laclau e Mouffe (2015, p. 45), já que nele não há o reconhecimento de que as identidades políticas não são dados acabados, mas que fazem parte de uma constante reconstrução através do debate na esfera pública. A política “não consiste em simplesmente registrar interesses já existente, mas exerce um papel crucial na formação dos sujeitos políticos” (Idem, pp. 45-46). É claro que em algum momento, por uma questão de procedimento e de formalidade, o voto deverá ocorrer, mas o que se faz importante notar, aqui, é que esse não é o ponto principal do exercício democrático, de forma que é possível enxergar o esvaziamento do debate a partir do momento em que surge uma proposta de enquete no sentido de “poupar muita discussão”.

Segundo Laclau (2013, p. 232) a função do representante ultrapassa a transmissão da vontade daqueles que representa. Ela consiste em dar credibilidade àquela vontade em um meio diferente daquele em que essa vontade se constituiu originalmente. Toda vontade advém de um grupo, de um setor, e o papel do representante é demonstrar a compatibilidade dessa vontade com os interesses de uma comunidade como um todo.

<sup>10</sup> O detalhe de que esses números não representam nem de perto a maioria dos estudantes não é o foco do trabalho, mas é claro que não passa despercebido aos olhos de quem observa a discussão.

Assim, é crucial que o representante não seja um agente passivo, que aceita e repassa interesses, mas deve, ao contrário, acrescentar algo aos interesses que representa.

Essa intervenção do representante tem reflexos tanto em sua identidade quanto na identidade dos representados, que se altera. É um movimento de constante mudança, em que movimentos dos representados modificam o representante e vice-versa, ambos os lados dependem do outro e, assim, o debate e a formação das ideias conjuntamente é imprescindível para que esse movimento siga acontecendo.

Tomemos (...) o exemplo de setores marginais com baixo grau de integração à estrutura estável de uma comunidade. Neste caso, estaríamos lidando não com uma vontade a ser representada, mas com a constituição dessa vontade mediante o próprio processo de representação. A tarefa do representante é, entretanto, democrática, porque sem sua intervenção não existiria incorporação daqueles setores marginais à esfera pública. Entretanto, nessas circunstâncias, sua tarefa consistiria menos em transmitir uma vontade do que em fornecer um ponto de identificação que constituirá como atores históricos os setores aos quais ele está conduzindo. (Idem, p. 232)

Segundo essa interpretação a respeito de representatividade trazida por Laclau, cabe a compreensão de que poupar o debate mediante a realização de uma enquete é uma forma de fazer com o que debate democrático seja diminuído. Como já foi enfatizado algumas vezes ao longo do presente trabalho, a presença de antagonismos, as discussões e os debates configuram características imprescindíveis para a constituição de uma ordem democrática. A simples coleta de votos a favor ou contra a intervenção, sem discutir a sua função, consiste na manutenção de opiniões e de visões de mundo já formadas, não sendo dada a oportunidade para que as debatedoras reflitam acerca de qual a intenção e de o que tentou ser dito com a intervenção em estudo.

A citação direta do texto de Laclau, acima reproduzida, dialoga diretamente com a pintura das escadas: ela consiste em um ponto de identificação, em que as pessoas que fazem parte desses setores marginalizados possam se sentir, também, representadas pela chapa concorrente à gestão do CADir.

#### **2.4. Legalidade**

A questão relativa à legalidade foi um dos pontos que mais recebeu apoio no debate. Por diversas vezes foi levantado o argumento de que há previsão legal para tipificar como vandalismo o que foi feito em campanha. Essa alegação, para as pessoas que trouxeram esse argumento ao debate, serviria como “xeque-mate”, como algo que finalizaria a discussão.

Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: (Redação dada pela Lei nº 12.408, de 2011)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.408, de 2011)

§ 1o Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.408, de 2011)

§ 2o Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional. (Incluído pela Lei nº 12.408, de 2011)

13 de setembro de 2013 às 15:34 - Curtir - 11

Não deveria nem ter sido feito. Não pediu autorização, é ilegal

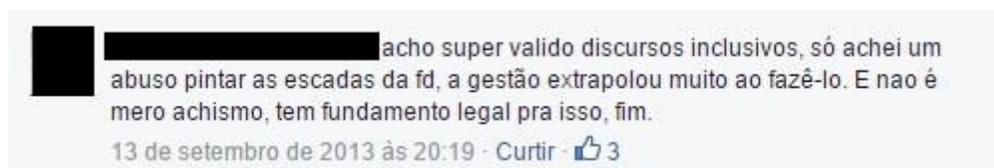
13 de setembro de 2013 às 17:57 - Curtir - 3

Essa relação com o direito é interessante e em muito se relaciona com o que vem sendo discutido ao longo do trabalho. Há uma tendência cada vez maior de compreender o conhecimento jurídico como científico (WARAT, 1982, p. 49) e, concomitantemente, uma tendência de se ver o científico como o correto, fonte de toda verdade e razão. A ciência, segundo Zizek (2009, p. 77), funciona como uma força social que tem como função trazer certezas e verdades, em substituição à religião, que costumava ter igual função.

Warat propõe uma análise crítica do saber jurídico, que, segundo ele, deveria partir de uma análise dos pontos de partida e da relação de forças pré-existentes às

normas. Ele afirma, no entanto, que essa análise não é feita já que há uma cultura que pretende dar ao conhecimento jurídico um caráter científico, sendo a ciência entendida como a razão pura, livre de quaisquer influências ideológicas (p. 51). Essa concepção permite que tudo que seja taxado como científico seja irrefutável.

O autor explicita que, em consequência dessa visão cientificista, as relações sociais são coisificadas e o mundo social é compreendido como uma sequência de acontecimentos objetivos e regulares. Essa objetificação, que exclui o momento político das decisões, é uma espécie de “purificação” do conhecimento, tornando-o algo que pertença à racionalidade, pura e simplesmente (de novo, podemos comparar aos temas abrangentes de Rawls). A consequência disso é que se limita a percepção dos efeitos políticos dessas verdades científicas (WARAT, 1982, p. 50).



No mesmo sentido do que afirma Warat, Laclau (2013, pp. 20-21) fala sobre as instituições (e aqui vemos o direito como uma instituição) e sobre como elas não são entidades neutras. Ao contrário, representam uma situação de equilíbrio temporário em uma disputa de forças (uma ordem hegemônica, como já foi explicado anteriormente), equilíbrio este que será desfeito à medida em que uma transformação social começa a ser implementada. Esse movimento de mudança só pode se operar se houver a aceitação de que as instituições não representam fonte de verdade absoluta, permitindo sempre que se questionem os seus pressupostos.

O ponto de convergência entre as teorias aqui citadas diz respeito ao fato que o direito tem uma localização política, que todas as normas jurídicas, a constituição etc, fazem parte de uma “vitória” em uma disputa de antagonismos e representam, sim, formas de poder social. Isso não significa dizer que o direito deva ser ignorado completamente, mas que, ao contrário, não deva ser aceitado indiscriminadamente como fonte de verdade.

██████████ Nao tem que convencer. Nao pode e pronto. Ou será que além de nao ser humilde pra reconhecer também não sabe ler a lei?

13 de setembro de 2013 às 17:54 · Curtir ·  10

Esse tipo de abordagem legalista traz consigo uma pressuposição de que a legalidade é vinculante, temos que segui-la e ponto final, excluindo qualquer tipo de abordagem crítica. Uma breve reflexão sobre o fato de que, por exemplo, o conceito de “mulher honesta” esteve até recentemente dentro da nossa ordem jurídica é suficiente para que possamos levar à frente a posição de que o direito é sim questionável e um artigo isolado do contexto não é passível de encerrar debate algum.

██████████ Acho que o tapa de realidade da leitura do artigo já serve, né? Porque admitir que erraram não vão pelo visto hahahaha 😊

13 de setembro de 2013 às 16:07 · Curtir ·  5

Não pretendo com isso, negar a força argumentativa de um questão legal em um debate, mas somente explicitar que a utilização de um artigo faz parte de um argumento, mas não o encerra. Ler um artigo não pode ser considerado um “tapa de realidade”, isso é considerar que o direito é detentor de toda a verdade (novamente, a visão cientificista), sem levar em consideração que a construção de uma ordem jurídica é também fruto de uma disputa de valores e de poder.

### **2.5. Violência e luta por reconhecimento**

Finalmente, cabe interpretar a significação que foi dada à intervenção em estudo. Samira Kawash (2005, p. 244), em uma análise a respeito do que muitos autores pensam e definem sobre violência (inclusive o já citado Zizek), fala sobre o terrorismo. Ela explica que consiste naquele tipo de violência que se opõe a tudo que “nós” acreditamos (Idem, p. 238), que oferece risco à tudo que há de “bom” no mundo, criando a perigosa dicotomia “nós” x “eles”: é aí que surge a figura do “outro”.

Mas o que seria esse lado “bom”? O lado do senso comum, da moralidade cristã, em oposição à “irracionalidade”, à “violência desmedida” e desarrazoada, incompreensível. Aqui, ela fala sobre o espectro de violência que o terrorismo traz, visto que o terror a respeito do terrorismo é muito maior do que a expressão desse tal terrorismo.

Essa violência espectral, embora seja linguística, acaba por se tornar uma ameaça real, porque povoa o imaginário das pessoas: essa ameaça, no texto (Idem, p. 238), é comparada aos vampiros na época vitoriana: apesar de não existirem, a ameaça e o medo faziam parte do imaginário das pessoas, de forma que o medo era real.

É a partir desse medo irracional do outro, que a fronteira entre o “nós” e o “eles” se torna cada vez mais profunda. No que diz respeito ao terrorismo, isso pode se confirmar em maiores medidas de segurança que separam com maior intensidade o “dentro” do “fora”, no que diz respeito à luta contra opressões, essa confirmação pode ser observada na negação de se discutir tudo que é tido como “ideológico”, seguindo aquela lógica da coincidência dos contrários de Žižek, em que somente se vê como ideológico aquilo que foge à ordem hegemônica posta. A demonização do discurso que envolva paixões e afetos, que envolva ideologias fora do padrão é uma forma de silenciar o outro, de cada vez mais aumentar a fronteira entre o “nós” e o “eles”.

Seguir a ideia de democracia radical, proposta por Laclau e Mouffe – ideia na qual se encaixa o comportamento das gestões diretoras do CADI nos anos aqui relatados – é uma forma de ameaçar a hegemonia do “nós”.

Assim, cabe uma relação com as intervenções em favor aos direitos de minorias e a conceituação de violência decolonial, não instrumental, de Fanon<sup>11</sup>, juntamente com o que Walter Benjamin conceitua como violência divina (aquela que aparentemente surge do nada, mas que é um rompante em resposta a um tipo de violência invisibilizada, que a própria manutenção de um sistema hegemônico impõe sobre os oprimidos).

No sistema colonial, o colonizado (podemos comparar aqui com o indivíduo que não siga os padrões hegemônicos) tem uma condição de não-existência, de desumanização. Aos olhos do colonizador, aquele indivíduo não se encaixa no que se

---

<sup>11</sup> Nos termos de Samira Kawash (2005, p. 245), esse tipo de violência não é aquela que demanda uma mudança de leis ou que proponha uma reversão da situação posta, em que o oprimido tomaria o lugar do opressor, já que esse tipo de comportamento refletiria a manutenção da estrutura colonial de poder. A violência decolonial, por outro lado, propõe uma ruptura com essa estrutura, vislumbrando um novo futuro, um novo universo

entende como ser humano. É a partir dessa condição que a revolta e a baixa autoestima do oprimido se desenvolvem, essa não existência que os incomoda e que configura a primeira e mais forte forma de violência: a invisibilidade. (Idem, p. 248)

A luta social desses grupos invisibilizados configura a violência absoluta, nos termos de Fanon, comparável à violência divina, nos termos de Walter Benjamin (Idem, p. 245). Esse movimento não configura necessariamente uma violência objetiva, segundo a definição de Žižek já explicada no primeiro capítulo deste trabalho; o que determina essa violência é o seu caráter de desafiador da ordem hegemônica dada. É o ato que desafia o sistema em que se está integrado, o sistema colonial, o sistema da moralidade cristã, a ordem hegemônica. Pintar as escadas configura uma violência contra o padrão estético, violência contra a invisibilização dos grupos minoritários da faculdade.

Axel Honneth (2009, p. 266) explica que há três formas de reconhecimento (do amor, da estima social e do direito) que, em conjunto, formam as condições necessárias para que os indivíduos possam ter uma atitude positiva em relação a eles mesmos. É somente a partir dessas formas de reconhecimento que o sujeito pode se sentir um ser autônomo, capaz de identificar seus desejos, suas lutas e seus objetivos. Percebe-se que com a contribuição da teoria de Honneth, combinada com a versão de Chantal Mouffe a respeito do modelo de democracia ideal (que leve em consideração os afetos e paixões das pessoas), as lutas sociais não se resumem a um aglomerado objetivo de direitos e oportunidades dadas, mas têm relação direta com o sentimento moral sob o qual se submetem os grupos excluídos da ordem hegemônica.

As reivindicações desses grupos, portanto, não necessariamente objetivam a conquista de um direito específico, mas, principalmente, o reconhecimento. Buscam serem vistos, serem reconhecidos enquanto seres humanos, detentores das mesmas prerrogativas que os outros seres humanos.

As demandas desses grupos aparecem tão invisibilizadas que, no caso em estudo, muitos dos comentários acima expostos demonstram que o que mais revoltou e chamou a atenção dos estudantes foi o fato de a escada ter sido pintada de forma a desagradar o senso estético e de limpeza deles. É sintomático que mesmo com uma

intervenção de tal tamanho, não se debata o que ela tenta representar. Ou, na verdade, traz à tona exatamente o que ela tentou representar: a verdadeira insensibilidade em relação à importância de se reconhecer a existência desses grupos. Aqui, cabe reproduzir uma citação de Žižek, em referência aos motins ocorridos em 2005 em Paris, em que se pode traçar um paralelo com a intervenção realizada pela chapa. Segundo ele, as revoltas

eram simplesmente um esforço direto visando adquirir *visibilidade*. Um grupo social que (...) se via como excluído do espaço político e social e quis deixar clara sua presença ao público em geral. As suas ações falavam por eles: gostem ou não, aqui estamos nós, por mais que queiram fingir que não nos veem. (...) a sua premissa principal era que queriam ser e *eram* cidadãos franceses, embora não estivessem a ser reconhecidos como tais. (ŽIŽEK, 2009, p. 73)

Paralelamente, o que se assiste na pintura das escadas do FD é o mesmo: a pintura não representa uma demanda específica, nenhuma reivindicação única, mas tão somente o reconhecimento de tais minorias como pertencentes à comunidade acadêmica. Reconhecimento de que esses grupos fazem parte do corpo discente, que fazem parte da sociedade e que, como tais, devem ser vistos e não poderão mais ser ignorados. Suas demandas consistem simplesmente no seu reconhecimento como iguais aos demais.

O que se busca, portanto, na intervenção feita, não é uma mudança legal, não é uma mudança de paradigmas formais, senão uma mudança na estrutura que herdamos de uma hegemonia excludente, que traz ideias de igualdade entre as pessoas, mas parece ter uma definição muito particular sobre o que é uma pessoa.

## Conclusão

A pesquisa aqui realizada envolveu uma série de questões muito íntimas à vida de quem é estudante da FD/UnB. Ao trabalhar, no primeiro capítulo, a forma de atuação do Centro Acadêmico nos últimos anos, foi possível observar que ela se baseou em uma conceituação de democracia que em muito se assemelha ao modelo agonístico, proposto por Chantal Mouffe, e pelo modelo de democracia radical, também proposto por ela, em conjunto com Laclau.

Tal semelhança pode ser notada a partir da interpretação dos autores acerca da impossibilidade de se erradicar a política e os antagonismos do campo público, eliminação esta defendida por democratas deliberativos tendo como objetivo alcançar uma política supostamente imparcial e guiada somente pela racionalidade.

O que tentou-se evidenciar no trabalho, na análise histórica de atuação das gestões do CADir e a partir da avaliação das participações do debate aqui narrado, ocorrido em rede social, é que essa tentativa de tornar o espaço público da política um espaço neutro e imparcial é falha. Todo posicionamento parte de um lugar, de vivências pessoais e não há como eliminar do espaço público tais experiências.

A ordem hegemônica, em todos os sentidos (desde o que está definido em lei, até o que é moralmente considerado certo e errado), é uma construção que parte de uma disputa dialética que ocorre entre antagonismos. É a partir dessa disputa de poderes que um deles se torna hegemônico, sendo sempre passível de ser substituído e, ainda que não o seja, está sempre em um movimento de potencial mudança.

Esse conceito de hegemonia, que Laclau e Mouffe aclaram muito bem, é essencial para que se compreenda que não há verdades puras, como pretende o cientificismo. Toda verdade tem um lugar e uma posição dentro do mundo e, a partir do momento em que essa posição é ignorada e a ordem hegemônica é defendida seguindo-se o argumento de que ela é o ponto zero, o que corresponde ao natural e o que antecede a sociedade, o que ocorre é o silenciamento de quem é excluído por essa ordem.

A atuação do CADir nos últimos anos, que foi analisada no primeiro capítulo, além da reação das pessoas em relação à intervenção realizada ao pintar-se a escada da faculdade, são momentos específicos de uma realidade específica, que envolve a comunidade discente e docente da faculdade de direito na UnB. Essa especificidade, no entanto, representa um microcosmo da sociedade em que estamos inseridos: tudo que foi discutido no presente trabalho em relação a esses momentos específicos pode ser extrapolado para um maior contexto.

Recentemente, em manifestações reivindicando o fim da cultura do estupro, mulheres ativistas realizaram uma intervenção no STF, em que utilizaram tinta para representar manchas de sangue<sup>12</sup>. Qual não foi minha surpresa ao ver a reação dos comentaristas de sites de notícias, que bradavam enorme revolta em relação à “depredação” do patrimônio público.

Um dos maiores motivos de revolta, tanto nos comentários da notícia acima citada, quanto nos comentários da discussão de *facebook* aqui analisados, como em outras situações que se assemelhem a essas, diz respeito ao que se interpreta como um suposto excesso de ideologias. É comum nos últimos anos escutarmos que “há muito vitimismo” por parte de certos grupos que reivindicam direitos, que estamos na “era do politicamente correto”, que “não se pode mais fazer piada sobre nada”. Isso é resultado dessa prática que traz consigo a “verdade” dentro do discurso hegemônico (que, em nosso contexto, privilegia uma cultura masculina cis, branca, heterossexual e cristã): tudo que desvie dessa norma padrão, é considerado excesso. Tudo que entre em choque com essa ordem, é considerado ideológico, isolando a hegemonia da ideologia que a põe em vigor.

Como consequência desse mesmo movimento, vemos no último século a primazia da racionalidade, que privilegia o discurso científico como detentor de toda a verdade. É possível observar como o direito e as instituições jurídicas são reféns dessa tendência, de forma que o legalismo passa a ser um recurso muito forte para que maneiras de reivindicar direitos sejam silenciadas e reprimidas por meio de um xeque-mate

---

<sup>12</sup> <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/mulheres-realizam-marcha-ate-o-stf-pelo-fim-da-cultura-do-estupro.html>>

normativo. A discussão que foi analisada neste trabalho trouxe vários exemplos desse tipo de utilização do direito como fonte de toda verdade e conhecimento.

É aí que se pode notar um movimento de violência sistêmica, aquela que, segundo Zizek (2009, p. 10) é reproduzida justamente no silêncio, na exclusão que é tão grande que a ausência daquele grupo de pessoas não é nem notado. O primeiro momento de violência sistêmica dentro da FD é a própria falta de representatividade, a falta de identificação. Quando uma tentativa de reconhecimento é realizada, ocorre um segundo momento de violência: “vocês exageraram!”, “claro que tem que haver essa pauta, mas por meio de debates”. No entanto, quando há um debate com uma temática parecida: “não quero debates políticos, quero falar de direito!”, “vocês veem política em tudo”. Assim, a questão que fica é: quais são os meios adequados para que se reivindique uma pauta que está fora da ordem hegemônica? Por que pintar uma escada incomoda tanto? Será que não tem a ver com as cores da escada?

Claro que aqui não podemos chegar a uma conclusão sobre o que *realmente* importou para quem discordou da intervenção, o objetivo do trabalho não é esse. É, no entanto, perceber como a tentativa de afastar a mensagem do meio em que ela é transmitida, o apelo ao bom senso, à higiene, à manutenção do patrimônio público; são escolhas ideológicas sim. A ideologia não pode ser afastada de nada que é feito, ela está sempre inserida em qualquer contexto. O silêncio frente a um poder hegemônico é a colaboração com ele, uma escolha ideológica, portanto. A ênfase dada em certa luta que lhe é cara é uma escolha ideológica, a escolha por não silenciar-se frente a uma pichação de discurso de ódio é uma escolha ideológica. A alegação de uma imparcialidade, de uma racionalidade pura, do cientificismo são todas formas de se fazer uma escolha ideológica.

## Referências Bibliográficas

BORGES, Antonio. [TODXS] BANDEIRA DO CA. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <projetocadir2011-2012@googlegroups.com>. Out., 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Apresentação – PET*. Disponível em:

< <http://portal.mec.gov.br/pet>>. Acesso em 15 de julho de 2016

ESTUDANTES DE DIREITO DA UNB. [comentário pessoal]. Facebook. Setembro de 2013. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/groups/185644034857297/permalink/503663079722056/>>. Acesso em junho de 2016.

HEDLER, Luisa. [TODXS] BANDEIRA DO CA. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <projetocadir2011-2012@googlegroups.com>. Out., 2011.

HONNETH, Axel. Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais. In: \_\_\_\_\_. *Luta por Reconhecimento*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009 (2ª Edição). 296 p.

JACÓ, Daniel. [TODXS] BANDEIRA DO CA. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <projetocadir2011-2012@googlegroups.com>. Out., 2011.

KAWASH, Samira. Terrorists and vampires: Fanon's spectral violence of decolonization. In: ALESSANDRINI, Anthony C. (org). *Frantz Fanon: critical perspectives*. p. 237-260 Nova Iorque: Routledge, 2005.

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013. 383 p.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015. 288 p.

LOPES, João Gabriel. *Programação do ENED de 2010*. 26/06/2010 Disponível em: <[http://www.ened2010.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=56&Itemid=55](http://www.ened2010.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=55)>. Acesso em 20 de julho de 2016

MAGALHÃES, Vitor. [TODXS] BANDEIRA DO CA. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <projetcadir2011-2012@googlegroups.com>. Out., 2011.

MORAIS, Raquel. *No 2ª dia de aula, estudantes da UnB encontram pichação ofensiva em CA.* 09 jan. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/01/no-2-dia-de-aula-estudantes-da-unb-encontram-pichacao-ofensiva-no-ca.html>>. Acesso em: 10 julho, 2016

MOUFFE, Chantal. *Por um modelo agonístico de democracia.* Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 25, p.11-23, nov. 2005.

NUNES, Felipe. *Mantida decisão da UnB que duplica vagas para Direito.* 2010. Disponível em: <<http://agu.jusbrasil.com.br/noticias/1998959/mantida-decisao-da-unb-que-duplica-vagas-para-curso-de-direito>>. Acesso em: 30 de julho de 2016

QUEIROZ, Marcos. [TODXS] BANDEIRA DO CA. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <projetcadir2011-2012@googlegroups.com>. Out., 2011.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *Fened.* Disponível em: <<http://www.une.org.br/dicionario-do-me/fened-federacao-nacional-dos-estudantes-de-direito/>> Acesso em 05 de agosto de 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Centro Acadêmico de Direito, Folheto elaborado para campanha de chapa para o Centro Acadêmico de Direito. Chapa Identidade. 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Centro Acadêmico de Direito, Folheto elaborado para campanha de chapa para o Centro Acadêmico de Direito. Chapa Inclusão. 2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Diretório Central de Estudantes. Estatuto do DCE Honestino Guimarães/UnB. 03 jun. 2004

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. SeCom. *Direito terá o dobro de vagas a partir do próximo semestre.* 08 set. 2009. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=2283>>. Acesso em: 20 julho 2016

ZIZEK, Slavoj. *Violência: seis notas à margem.* Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2009. 194 p.

